

# RELATÓRIO DE GESTÃO 2011 SUEST/PR

GESTÃO ADMINISTRATIVA

**FUNASA**  
FUNASA

FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE  
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO PARANÁ



Ministério da Saúde  
Fundação Nacional de Saúde

MINISTÉRIO DA SAÚDE  
FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL  
RELATÓRIO DE GESTÃO 2011 SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO PARANÁ**

CURITIBA/PR  
MARÇO / 2012

MINISTÉRIO DA SAÚDE  
FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO 2011 SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO PARANÁ**

Apresentação do Relatório de Gestão ao Tribunal de Contas da União devido à prestação de contas anual a que a Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, realizado seguindo as disposições da Instrução Normativa/TCU nº 63/2010, Decisão Normativa/TCU nº 108/2010, Portaria do TCU nº 123/2010.

CURITIBA/PR  
MARÇO / 2012

© 2012. Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde

Suest/Pr. – Superintendência Estadual do Paraná

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte.

Distribuição e Informação:

Superintendência Estadual do Paraná – Suest/Pr.

Assessoria Técnica.

Fundação Nacional de Saúde - FUNASA.

Rua Candido Lopes, nº 208, 8º A.

Telefones: (0xx41) 3310.8284, 3310.8292

Página na internet: [www.funasa.gov.br](http://www.funasa.gov.br)

80.020-060 – Curitiba/PR

Impresso no Brasil / Printed in Brazil.

## **FICHA CATALOGRÁFICA**

Relatório de Gestão 2011 / elaborado pela Assessoria Técnica do Gabinete da Superintendência Estadual do Paraná: Ministério da Saúde: Fundação Nacional de Saúde, 2012.

79 p.il.

1. Gestão. 2. Planejamento. 3. Sistema Único de Saúde.

## SUMÁRIO

<b>LISTA DE SIGLAS</b> .....	8
<b>LISTA DE TABELAS</b> .....	8
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	9
<b>1. IDENTIFICAÇÃO</b> .....	12
<b>2. PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA UNIDADE</b> .....	13
2.1 <i>RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS DA UNIDADE</i>	
2.2 <i>ESTATÉGIA DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS</i>	
2.2.1 <i>ORGANOGRAMA DA SUEST/PR</i> .....	15
2.3 <i>PROGRAMAS E AÇÕES SOB A RESPONSABILIDADE DA UNIDADE</i> .....	16
2.3.1 <i>Identificação das Subações sob Responsabilidade da Unidade</i>	
<i>QUADRO A.2.1 Idêntificação do Programa, ação e subação</i>	
<i>Programa 0122</i> .....	16
<i>Programa 1287</i> .....	18
<i>Programa 8007</i> .....	19
<i>Programa 0016</i> .....	24
2.3.2 <i>QUADRO RESUMO DA EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES</i> .....	30
<i>QUADRO A.2.2 Resumo da Execução Financeira das Suações</i>	
2.4. <i>DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO</i> .....	39
2.4.1. <i>Programação Orçamentária da Despesa</i> .....	39
<i>QUADRO A 2.3- Identificação das unidades orçamentárias</i>	
2.4.2. <i>Programação de Despesas Correntes</i>	
<i>QUADRO A 2.4- Programação de despesas correntes</i>	
2.4.3. <i>Programação de Despesas de Capital</i>	
<i>QUADRO A 2.5-Programação de despesas de capital</i>	
2.4.3.1. <i>Quadro Resumo da Programação das Despesas</i>	
<i>QUADRO A 2.6 Resumo da programação de despesas</i>	
2.4.3.2. <i>Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesas</i>	
<i>QUADRO A 2.7 A- Movimentação orçamentária por grupo de despesa – movimentação externa</i>	
<i>QUADRO A 2.7 B- Movimentação orçamentária por grupo de despesa– movimentação interna</i>	
2.4.4. <i>Execução Orçamentária da Despesa</i> .....	42
2.4.4.1. <i>Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ</i>	
2.4.4.1.1. <i>Despesas por Modalidade de Contratação</i>	
<i>QUADRO A 2.8 - Despesas por modalidade de contratação dos créditos originários da UJ</i>	
2.4.4.1.2. <i>Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa</i>	
2.4.4.1.3. <i>Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa</i>	
<i>QUADRO A 2.9 A 2.10 - Despesas correntes e de capital por grupo e elemento de despesa dos créditos originários da UJ</i>	
2.4.4.2. <i>Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação</i>	
2.4.4.3. <i>Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos recebidos por movimentação</i>	

	<i>QUADRO A 2.11- Despesas por modalidade de contratação dos créditos recebidos por movimentação interna</i>	
	<i>QUADRO A 2.11 - Despesas por modalidade de contratação dos créditos recebidos por movimentação externa</i>	
	<i>2.4.5. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos recebidos por movimentação</i>	
	<i>QUADRO A 2.12 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação externa</i>	
	<i>2.4.6. Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação</i>	
	<i>QUADRO A 2.13 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação interna</i>	
	<b>2.4.7 INDICADORES INSTITUCIONAIS.....</b>	<b>48</b>
<b>3. INFORMAÇÕES SOBRE O RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS.....</b>		<b>50</b>
	<i>QUADRO A 3.1 - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Crédito ou Recursos</i>	
<b>4. RECONHECIMENTO DE PASSIVO POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITO DE RECURSOS.....</b>		<b>50</b>
	<i>4.1. PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR</i>	
	<i>4.2. ANÁLISE CRÍTICA</i>	
<b>5. INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HUMANOS DA UNIDADE.....</b>		<b>51</b>
<b>5.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos</b>		
	<i>5.1.1 Demonstração da Força de Trabalho da UJ</i>	
	<i>QUADRO A 5.1- Força de Trabalho da UJ - Situação apurada em 31/12/2011</i>	
<i>31/12/2011</i>	<i>QUADRO A 5.2 - Situação que reduzem a Força de Trabalho da UJ - Situação apurada em</i>	
	<i>QUADRO A 5.3 - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e função gratificada da UJ - Situação apurada em 31/12/2011</i>	
<i>31/12/2010</i>	<i>QUADRO A 5.4 - Quantidade de servidores da UJ por faixa etária - Situação apurada em</i>	
<i>em 31/12/2011</i>	<i>QUADRO A 5.5 - Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada</i>	
<b>5.2 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas</b>		
	<i>QUADRO A 5.6 - Composição do Quadro de Inativos - Situação apurada em 31/12/2011</i>	
<i>31/12/2011</i>	<i>QUADRO A.5.7 - Composição do quadro de Instituidores de Pensão - Situação apurada em</i>	
<b>5.3 Composição do Quadro de Estagiários</b>		
	<i>QUADRO A 5.8 - Composição do Quadro de Estagiários</i>	
<b>5.4 Demonstração dos Custos de Pessoal da UJ</b>		
	<i>QUADRO A 5.9 - Pessoal no Exercício de Referência e nos 02 Anteriores</i>	
<b>5.5 Terceirização de mão de obra empregada pela UJ</b>		
	<i>QUADRO A 5.10 – Relação dos Empregados Terceirizados Substituídos em Decorrência da Realização de Concurso Público ou Provimento Adicional Autorizados</i>	
	<i>QUADRO A 5.11 -Autorização para Realização de Concursos Públicos ou Provimento Adicional para Substituição de Terceirizados</i>	
<i>Ostensiva</i>	<i>QUADRO A 5.12 – Contrato de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância</i>	

QUADRO A 5.13 - Contrato de Prestação de Serviços com Locação de mão de obra

5.6 - Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos.....	56
<b>6. INFORMAÇÕES SOBRE TRANFERÊNCIAS.....</b>	<b>56</b>
6.1. INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE 2011.....	56
<i>QUADRO A 6.1- Caracterizaçãp dos instrumentos de transferência vigentes no exercício de referência</i>	
<i>QUADRO A 6.2 - Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos últimos três exercícios</i>	
6.1.3. Informação sobre Conjuntos de instrumentos que vigerão no excrcio 2012 e seguintes	
<i>QUADRO A 6.3 - Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão no exercício de 2011 e seguintes</i>	
6.2. INFORMAÇÕES SOBRE PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVAS AOS CONV^RNIOS, TERMOS DE COOPERAÇÃO E CONTRATO DE REPASSES.....	57
<i>QUADRO A 6.4 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse</i>	
6.2.1. Informação Sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse	
<i>QUADRO A 6.5. Visão geral da análise das prestações de contas de convênios e contratos de repasse</i>	
<b>7. DECLARAÇÃO REFERENTES A CONTRATOS E CONVÊNIOS.....</b>	<b>61</b>
<b>8. INFORMAÇÃO SOBRE DECLARAÇÃO DE BENS E RENDA.....</b>	<b>62</b>
8.1 SITUAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES IMPOSTAS PELA LEI 8.730/93	
<i>QUADRO A 8.1- Demonstrativo do cumprimento. por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR</i>	
<b>9. INFORMAÇÕES SOBRE O FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO.....</b>	<b>63</b>
9.1. ESTRUTURAS DE CONTROLE INTERNO DA UJ	
<i>QUADRO A 9.1 - Estrutura de controles internos da UJ</i>	
<b>10. INFORMAÇÕES QUANTO À ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL ....</b>	<b>65</b>
<i>QUADRO A 10.1. GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS</i>	
<b>11. INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO.....</b>	<b>66</b>
11.1. Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial	
<i>QUADRO A 11.1. Distribuição espacial de bens imóveis de uso especial de propriedade da União</i>	
<i>QUADRO A 11.2. Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de uso Especial Locados de Terceiros</i>	
<i>QUADRO A 11.3. Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob Responsabilidade da UJ</i>	
<b>12. INFORMAÇÃO SOBRE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃ DA UJ.....</b>	<b>68</b>
<b>13. UTILIZAÇÃO DE CARTÕES DE PAGAMENTO.....</b>	<b>68</b>
<i>QUADRO A 13.1 - Despesa com cartão de crédito corporativo por UG e por portador</i>	
<i>QUADRO A 13.2 - Despesa com cartão de crédito corporativo (Série Histórica)</i>	
<b>14. INFORMAÇÕES SOBRE RENÚNCIA TRIBUTÁRIA.....</b>	<b>69</b>
<b>15. INFORMAÇÃO SOBRE AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA ATENDER AS DELIBERAÇÃO EXARADAS DO TCU.....</b>	<b>70</b>
15.1. Deliberações do TCU atendidas no Exercício	
<i>QUADRO A 15.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício</i>	
<i>QUADRO A 15.2 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exewrcicio</i>	
<i>QUADRO A 15.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI</i>	

*QUADRO A 15.4 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício*

<b>16. INFORMAÇÕES SOBRE O TRATAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES REALIZADAS PELA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO.....</b>	<b>75</b>
<b>17.INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO.....</b>	<b>76</b>
<b>18.ANÁLISE CRÍTICA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA..</b>	<b>74</b>
<b>19.ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DAS EMPRESAS ESTATAIS.....</b>	<b>77</b>
<b>20.COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DE CAPITAL.....</b>	<b>77</b>
<b>21.INFORMAÇÕES SOBRE FUNDO PARTIDÁRIO.....</b>	<b>77</b>
<b>22.INFORMAÇÕES SOBRE FUNDOS CONSTITUCIONAS.....</b>	<b>77</b>
<b>23.INDICADORES DE DESEMPENHO DO IFES.....</b>	<b>77</b>
<b>24.ANALISE DE SITUAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA.....</b>	<b>77</b>
<b>25.REMUNERAÇÃO PAGA AOS ADMISTRADORES.....</b>	<b>77</b>
<b>26.CONTRATAÇÃO DE CONSULTORES NA MODALIDADE “PRODUTO”.....</b>	<b>77</b>
<b>27.SUPERVISÃO DE CONTRATOS DE GESTÃO CELEBRADOS COM ORGANIZAÇÕES SOCIAIS.....</b>	<b>77</b>
<b>28.INFORMAÇÕES SOBRE IMÓVEIS ALIENADOS EM 2010 EM CONSONÂNCIA COM O PLANO NACIONAL DE DESOMIBILIZAÇÃO.....</b>	<b>77</b>
<b>29.INFORMAÇÕES SOBRE CONTRATOS DE GESTÃO CELEBRADOS.....</b>	<b>77</b>
<b>30.AVALIAÇÃO DE TERMOS DE PARCERIA CELEBRADOS PELA UJ.....</b>	<b>77</b>
<b>31.CONCLUSÃO.....</b>	<b>78</b>




ROTEIRO DE VERIFICAÇÃO

C - ROTEIRO DE VERIFICAÇÃO DE PEÇAS E CONTEÚDOS - EXERCÍCIO 2010

Prestações de Contas das AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES DO PODER EXECUTIVO (EXCETO BANCO CENTRAL E ENTIDADES PÚBLICAS QUE TENHAM CELEBRADO CONTRATO DE GESTÃO)

ORGÃO/ENTIDADE

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO PARANÁ  
FUNASA - SUEST/PR

RESPONSÁVEL PELA JUNTADA DOS DOCUMENTOS - PEÇAS EXIGIDAS (art. 12 e 13, IN/TCU 63/2010)	LOCALIZAÇÃO (*) (Volume / fls.)
<b>1. UNIDADE</b>	
I. Rol de responsáveis (art. 10 do IN/TCU 63/2010)	
II. Relatório de Gestão com os conteúdos e formatos estabelecidos pelo TCU na DN nº 107 de 27/16/2010	
III. Relatórios e Pareceres de Órgãos, entidades ou instituições (AUDITORIA INTERNA)	
LOCAL/DATA Curitiba, 12 de abril de 2.012.	ASSINATURA/CARIMBO DO RESPONSÁVEL  Raul Henrique Ribas Macedo Superintendente Estado do Paraná SUEST/PR

2. ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO (CGU)	
VI. Relatório de auditoria de gestão, emitido pelo órgão de controle interno competente	
VII. Certificado de auditoria emitido pelo órgão de controle interno competente	
VIII. Parecer conclusivo do dirigente do órgão de controle interno competente	
LOCAL/DATA	ASSINATURA/CARIMBO DO RESPONSÁVEL

3. ACESSOR ESPECIAL/SECRETARIO DE CONTROLE INTERNO (MINISTÉRIO DA SAÚDE)	
IX. Provimento ministerial ou da autoridade equivalente	
LOCAL/DATA	ASSINATURA/CARIMBO DO RESPONSÁVEL

(\*) Nos casos em que a UI não tenha conteúdos objetivos para compor a peça requerida, escrever "não se aplica".

## LISTA DE SIGLAS

Presidência	Presi
Departamento de Administração	Deadm
Departamento de Planejamento e Desenvolvimento Institucional	Depin
Serviço de Apoio Administrativo	Serad
Coordenação-Geral de Planejamento e Avaliação	Cgpla
Coordenação de Gestão de Políticas Estratégicas	Cogep
Coordenação de Acompanhamento e Avaliação	Coava
Coordenação de Prestação de Contas de Convênios	Copon

### Coordenações Classe A

Divisão de Recursos Humanos	Direh
Seção de Pagamento	Sapag
Seção de Cadastro	Sacad
Setor de Capacitação	Secap
Divisão de Administração	Diadm
Seção de Execução Orçamentária e Financeira	Saeof
Setor Orçamentário	Soorc
Setor Financeiro	Sofin
Seção de Recursos Logísticos	Salog
Setor de Comunicação	Socom
Setor de Material	Somat
Setor de Transportes	Sotra
Setor de Patrimônio	Sopat
Divisão de Engenharia de Saúde Pública	Diesp
Seção de Análise de Projetos	Sapro
Setor de Acompanhamento e Avaliação	Secav
Seção de Administração	Saadm
Seção de Operação	Saope
Divisão de Vigilância Epidemiológica e Ambiental em Saúde	Divep

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Sistema de Controles Internos e Sustentabilidade Ambiental.....	63, 65
--	--------

## INTRODUÇÃO

A Superintendência Estadual no Paraná da Fundação Nacional de Saúde apresenta, por meio deste relatório, as ações implementadas, as estratégias de ação e os resultados alcançados no exercício de 2011.

De acordo com as Decisão Normativa nº 117/2011 e Instrução Normativa nº 63/2010 do Tribunal de Contas da União apresenta-se o Relatório de Gestão e o Processo Anual de Contas de forma individualizada.

O presente relatório foi realizado detalhando-se todos os itens, seguindo-se o exigido pela legislação, exceto aqueles que não se aplicam à natureza jurídica da Unidade, bem como aqueles em que não houve ocorrências durante ao ano a que se refere o presente relatório relacionados abaixo:

### A – 12. GESTÃO DE TI

A Suest não tem uma estrutura formal de Tecnologia de Informação. Esta responsabilidade é da competência da Presidência da Funasa

### B – Itens que não se aplicam a natureza jurídica da Suest/Pr.

#### 18. ANÁLISE CRÍTICA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA

“Não se aplica a natureza jurídica da UJ”

#### 19. ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DAS EMPRESAS ESTATAIS.

“Não se aplica a natureza jurídica da UJ”

#### 20. COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DE CAPITAL

“Não se aplica a natureza jurídica da UJ”

#### 21. INFORMAÇÕES SOBRE FUNDO PARTIDÁRIO

“Não se aplica a natureza jurídica da UJ”

#### 22. INFORMAÇÕES SOBRE FUNDOS CONSTITUCIONAS

“Não se aplica a natureza jurídica da UJ”

#### 23. INDICADORES DE DESEMPENHO DO IFES

“Não se aplica a natureza jurídica da UJ”

#### 24. ANALISE DE SITUAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA

“Não se aplica a natureza jurídica da UJ”

#### 25. REMUNERAÇÃO PAGA AOS ADMISTRADORES

“Não se aplica a natureza jurídica da UJ”

#### 26. CONTRATAÇÃO DE CONSULTORES NA MODALIDADE “PRODUTO”

“Não se aplica a natureza jurídica da UJ”

#### 27. SUPERVISÃO DE CONTRATOS DE GESTÃO CELEBRADOS COM ORGANIZAÇÕES SOCIAIS.

“Não se aplica a natureza jurídica da UJ”

#### 28. INFORMAÇÕES SOBRE IMÓVEIS ALIENADOS EM 2010 EM CONSONÂNCIA COM O PLANO NACIONAL DE DESOMIBILIZAÇÃO

“Não se aplica a natureza jurídica da UJ”

#### 29. INFORMAÇÕES SOBRE CONTRATOS DE GESTÃO CELEBRADOS.

“Não se aplica a natureza jurídica da UJ”

#### 30. AVALIAÇÃO DE TERMOS DE PARCERIA CELEBRADOS PELA UJ

“Não se aplica a natureza jurídica da UJ”

### C - Item 14 – INFORMAÇÕES SOBRE RENÚNCIA TRIBUTÁRIA.

A Suest não executa renuncia tributária, pois a gestão orçamentária e financeira é de responsabilidade da Presidência da Funasa

D – Item que não houve ocorrência no exercício 2011

Item 2.4.4.1.1 – *Despesas por Modalidade de Contratação do Créditos Originários da UJ.*

Item 2.4.4.1.2 – *Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Originários da UJ.*

Item 2.4.4.1.3 – *Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Originários da UJ.*

E - Item 3 – Informação sobre o reconhecimento de passivo por insuficiência de créditos ou recursos

Não houve ocorrência no período para as Contas Contábeis de códigos 21211.11.00, 21212.11.00, 21213.11.00, 21215.22.00 e 21219.22.00 do Siafi.

F - Item 5.6 – Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos

Assim sendo, este relatório é um documento útil não apenas na avaliação da instituição no que diz respeito ao seu desempenho, mas também, ajudar no acompanhamento dos trabalhos internos e externos do setor saúde.

# ROL DE RESPONSÁVEIS

SIAFI - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO FINANCEIRA  
L.40009.AN ROL DE RESPONSÁVEIS EMISSAO: 15/03/2012  
ORGAO : 36211 - FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE PAGINA : 001  
UG : 255016 - FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - PR REF. : 2012  
GESTAO : 36211 - FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE

=====

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE : DIRIG. MAXIMO DA UJ QUE APRESENTA AS CONTAS  
SEQ: 001 - TIPO: TITULAR  
AGENTE : 456.462.109-25 - RAUL HENRIQUE RIBAS MACEDO  
E-MAIL : RAUL.MACEDO@FUNASA.GOV.BR  
ENDERECO : RUA PREFEITO ANGELO LOPES, 162 APARTAMENTO 701 - CRISTO REI  
MUNICIPIO : 7535 - CURITIBA UF: PR CEP: 80050-330  
CARGO : SUPERINTENDENTE ESTADUAL  
DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO PERIODO(S) GESTAO  
28/Dez/2009 PT PRE/1615 01/Jan/2012 A  
PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO  
29/Dez/2009

-----

SEQ: 001 - TIPO: SUBSTITUTO  
AGENTE : 680.067.487-72 - LUIZ HENRIQUE COELHO BARRETO  
E-MAIL : LUIZ.BARRETO@FUNASA.GOV.BR  
ENDERECO : RUA PARAIBA, 2837 - VILA GUAIRA  
MUNICIPIO : 7535 - CURITIBA UF: PR CEP: 80630-000  
CARGO : SUPERINTENDENTE ESTADUAL - SUBSTITUTO  
DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO PERIODO(S) GESTAO  
26/Nov/2010 PT PRE 1646 01/Jan/2012 A  
PUBLICACAO DESIGNACAO PUBLICACAO EXONERACAO  
29/Nov/2010

=====




ENCARREGADO DO SETOR

 Elisângela Miriam da Rosa  
Técnico de Contabilidade  
Chefe do SOORC  
SUEST/PR



DIRIGENTE DA UNIDADE

 Raul Henrique Ribas Macedo  
Superintendente  
Estadual no Paraná  
SUEST/PR

## 1 - IDENTIFICAÇÃO

### 1.1. Identificação da UJ - Relatório de gestão individual

Poder e Órgão de Vinculação			
<b>Poder:</b> EXECUTIVO			
<b>Órgão de Vinculação:</b> FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE		<b>Código SIORG:</b> 2207	
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
<b>Denominação completa:</b> Fundação Nacional de Saúde / Superintendência Regional do Paraná			
<b>Denominação abreviada:</b> FUNASA/SUEST/PR			
<b>Código SIORG:</b> 2207		<b>Código LOA:</b> 36211	<b>Código SIAFI:</b> 255016
<b>Situação:</b> Ativa			
<b>Natureza Jurídica:</b> Autarquia e Fundações do Poder Executivo			
<b>Principal Atividade:</b> Promoção de Programas de Saúde; Federal, Estadual e Municipal			<b>Código CNAE:</b> 8412-4/00
<b>Telefones/Fax de contato:</b>	41 – 3310-8284	41 – 3310-8285	FAX: 41 – 3232-0935
<b>E-mail:</b> corepr.gab@funasa.gov.br			
<b>Página na Internet:</b> <a href="http://www.intranet.funasa.gov/">http://www.intranet.funasa.gov/</a>			
<b>Endereço Postal:</b> Rua Candido Lopes, 208 – CEP 80020-060 – Curitiba/PR			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Instituída pela Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, Decreto nº 100, de 16 de abril de 1991, publicado no D.O U. de 17/04/1991 e retificado no D.O U. de 19 de abril de 1991, e em conformidade com o que dispõe o Decreto nº 4.727, de 09 de junho de 2003, publicado no DOU de 10/06/2003. Portaria nº 1.776, de 08/09/2003 que aprova o Regimento Interno da Funasa, Decreto nº 7.335, de 19 de outubro de 2.010, publicado no DOU em 20/10/2010, seção 1, que aprova o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas da Fundação Nacional de Saúde - FUNASA, Decreto nº 7.336 de 19 de outubro de 2.010, publicado no DOU em 20/10/2010, seção 1, Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Saúde.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Não se aplica			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Não se aplica			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
	Não se aplica		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
	Não se aplica		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
Não se aplica		Não se aplica	

### 1.2. Qualificação da Superintendência Estadual

<b>Nome do Superintendente Estadual</b>	Raul Henrique Ribas Macedo
<b>População do Estado</b>	10.262.737 habitantes

## **2 - INFORMAÇÕES SOBRE O PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA UNIDADE**

### **2.1 Responsabilidades institucionais da unidade**

A Fundação Nacional de Saúde - Funasa, órgão executivo do Ministério da Saúde atua por meio de unidades descentralizadas – Superintendências Estaduais, em 26 estados, é uma das instituições do Governo Federal responsável em promover a inclusão social por meio de ações de saneamento básico para prevenção e controle de doenças, da saúde ambiental como o apoio nos casos de desastres ambientais e preservação da qualidade da água e da educação em saúde para conscientização popular através do fomento e apoio às mobilizações sociais. É também a instituição responsável por formular e programar ações de promoção e proteção à saúde relacionada com as ações estabelecidas pelo Subsistema Nacional de Vigilância em Saúde Ambiental.

As ações de inclusão social, por meio da saúde, são realizadas com a prevenção e controle de doenças e agravos ocasionados pela falta ou inadequação nas condições de saneamento básico em áreas de interesse especial, como assentamentos, remanescentes de quilombos e reservas extrativistas.

Na área de engenharia de saúde pública, a Funasa detém a mais antiga e contínua experiência em ações de saneamento no país e atua com base em indicadores sanitários, epidemiológicos, ambientais e sociais.

A Fundação Nacional de Saúde presta apoio técnico e/ou financeiro no combate, controle e redução da mortalidade infantil e da incidência de doenças de veiculação hídrica ou causadas pela falta de saneamento básico e ambiental.

Os investimentos visam intervir no meio ambiente, na infra-estrutura dos municípios de até 50 mil habitantes em suas áreas urbanas, prioritariamente, e nas condições de vida de populações vulneráveis e desguarnecidas e áreas rurais.

As diretrizes de atuação das Superintendências Estaduais e a gestão dessas unidades, são fixadas pela Presidência da Funasa, que instituiu por meio da Portaria nº 806, de 6 de junho de 2006, a Carteira de Projetos Estratégicos, elaborada em consonância com o Planejamento Plurianual (PPA), designando responsáveis pelos diversos projetos que consubstanciam o realinhamento institucional da Funasa.

A partir do processo de estruturação e implementação do Subsistema de Atenção a Saúde Indígena no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Fundação Nacional de Saúde assumiu, no período de 1999 a 2010, a responsabilidade de operacionalização das ações de saúde para os povos indígenas, promovendo uma ampla e profunda estruturação institucional para dar conta de tamanho desafio.

No entanto, o exercício de 2010 foi notoriamente marcado por profundas mudanças institucionais e formatação de gestão objetivando os resultados com eficiência e eficácia nesta área, com a publicação do Decreto nº 7.336, de 19 de outubro de 2010, que cria a Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) e transfere a gestão do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, competência até então da Funasa, para o Ministério da Saúde. Coube a Funasa, assegurar até 31 de dezembro de 2011, todo o apoio administrativo necessário, para que não ocorra prejuízo na execução das ações e dos serviços prestados aos povos indígenas.

## **2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais**

No exercício financeiro de 2011 a Superintendência Estadual no Paraná deu firme continuidade às ações previstas no Plano Operacional, cuja supervisão é realizada pela Coordenação Geral de Planejamento e Avaliação – CGPLA da Funasa.

Com a descentralização parcial dos processos de convênios para as Superintendências ocorreu uma sobre carga de atividade na área de convênios e mesmo assim a SUEST/PR conseguiu atender aos chamados e determinações da Presidência, em especial com o Plano de Aceleração do Crescimento 2, sendo inclusive uma das unidades mais eficientes dentre todas as Superintendências.

Visando melhores resultados de execução nos convênios, a UJ buscou orientar os convenientes e seus gestores, para evitar prejuízos administrativos e econômicos às partes, desta forma, a SUEST alcançou um ótimo relacionamento com as prefeituras, sempre objetivando dar mais agilidade e legalidade aos processos.

Foram necessários ajustes nas áreas administrativas e de convênios, porém ainda carecem de recursos humanos a Saúde Ambiental, a Engenharia, o Serviço de Convênios e vários pontos da área administrativa.

Ainda serão necessários investimentos estruturais para o pleno funcionamento da Unidade, mas existem muitas perspectivas neste sentido para o próximo exercício.

Foram reparados alguns pontos, seguindo recomendações da Controladoria Geral da União e da Auditoria Interna, além da seqüência de princípios definidos pela atual gestão que delineiam a sua linha de ação.

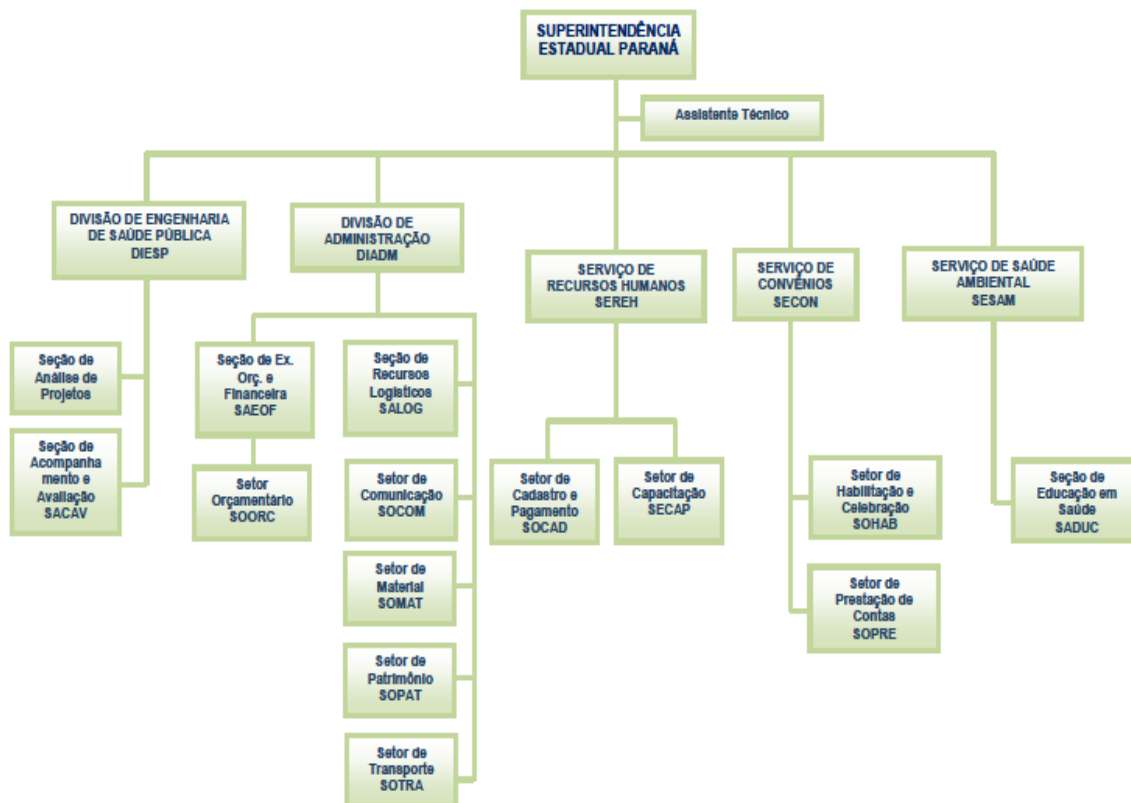
No exercício de 2011, procurou-se uma gestão positiva no inter-relacionamento entre as áreas e uma análise de todo os procedimentos, visando resultados e execuções mais significativas.

No entanto, com o advento do Decreto nº 7.336, de 19 de outubro de 2010, que cria a Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) e transfere a gestão do Subsistema de Atenção à



Saúde Indígena para o Ministério da Saúde, com a criação da área de Saúde Ambiental, foi necessária a adequação e re-formatação de suas ações, obrigando a instituição, mesmo com algumas deficiências de infraestrutura, a dar andamento na sua nova missão.

## 2.2.1 ORGANOGRAMA DA SUETS/PR



## 2.3 PROGRAMAS E AÇÕES SOB RESPONSABILIDADE DA UJ

### 2.3.1 Identificação da subações sob responsabilidade da UJ

#### Quadro A.2.1 Identificação do Programa, ação e subação

Identificação do Programa de Governo	
<b>Código no PPA:</b> 0122	<b>Denominação:</b> Serviços Urbanos de Água e Esgoto
<b>Tipo do Programa:</b> Finalístico	
<b>Objetivo Geral:</b> Ampliar o acesso aos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e resíduos sólidos, com vistas à universalização.	
<b>Objetivos Específicos:</b> Ampliar a cobertura e melhorar a qualidade dos serviços públicos urbanos de abastecimento de água e esgotamento sanitário.	
<b>Gerente:</b> Gilson de Carvalho Queiroz Filho	<b>Responsável:</b> Ruy Gomide Barreira
<b>Público Alvo:</b> População urbana de menor nível socioeconômico, e a residente em áreas de habitação subnormal, em periferias de grandes centros e em municípios de pequeno porte.	

Fonte: Sigplan

Identificação da Ação
<b>Denominação:</b> 10GD - Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE).
<b>Tipo de Ação:</b> Projeto
<b>Finalidade:</b> Dotar os domicílios e estabelecimentos coletivos com abastecimento público de água adequado visando à prevenção e ao controle de doenças e agravos.
<b>Descrição:</b> Implantação e/ou a ampliação e/ou a melhoria de sistemas públicos de abastecimento de água, contemplando a elaboração de planos diretores e projetos, a realização de obras, incluindo ligação domiciliar, rede de distribuição e estação de tratamento, e ações voltadas para a sustentabilidade dos mesmos.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas:</b> Fundação Nacional de Saúde
<b>Coordenador da Ação:</b> Sadi Coutinho Filho
<b>Unidade Executora:</b> Divisão de Engenharia de Saúde Pública (DIESP)

Fonte: Sigplan

Identificação da subação					
Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE).					
Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2011		
			Programado	Realizado	Realizado /Programado %
Analisar os projetos de sistemas de abastecimento de água em municípios de até 50.000 hab enquadrados em 2011 que apresentaram projetos	Projeto analisado	Unidade	16	16	100
Realizar visitas preliminares de obra dos convênios de 2011 que apresentaram projetos	Visita preliminar realizada	Unidade	16	16	100%
Realizar visitas de acompanhamento de obra dos convênios de 2011	Visitas Realizadas	Unidade	0	0	0
Analisar/reanalisar 35 projetos de exercícios anteriores	Projeto analisado	Unidade	35	28	80%
Realizar visitas de acompanhamento dos 133 convênios de exercícios anteriores	Visita realizada	Unidade	213	192	90%

### Análise crítica

As atividades transcorreram normalmente. No que se refere ao acompanhamento das obras do PAC 2 a meta foi de 0%, em função da aprovação da Programação ter ocorrido no final de 2011, não tendo o início das mesmas.

Identificação da Ação	
<b>Denominação:</b> 10GE - Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE).	
<b>Tipo de Ação:</b> Projeto	
<b>Finalidade:</b> Dotar os domicílios e estabelecimentos coletivos de sistema público de coleta e tratamento de esgoto sanitário adequado visando à prevenção e o controle de doenças e agravos.	
<b>Descrição:</b> Implantação e/ou a ampliação e/ou a melhoria de sistemas públicos de esgotamento sanitário, contemplando a elaboração de planos diretores e projetos, a realização de obras, incluindo ligação domiciliar, rede coletora e estação de tratamento, e ações voltadas para a sustentabilidade dos mesmos.	
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas:</b> Fundação Nacional de Saúde	
<b>Coordenador da Ação:</b> Sadi Coutinho Filho	
<b>Unidade Executora:</b> Divisão de Engenharia de Saúde Pública (DIESP)	

Fonte: Sigplan

Identificação da subação					
10GE - Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE)					
Meta	Produto	Exercício 2011			
		Unidade de Medida	Programado	Realizado	Realizado /Programado %
Analisados os projetos de sistemas públicos de esgotamento sanitário em municípios de até 50.000 hab enquadrados em 2011 que apresentaram projetos.	Projeto analisado	Unidade	28	28	-
Realizadas as visitas preliminares de obra dos convênios de 2011 que apresentaram projetos	Visita preliminar realizada	Unidade	28	28	-
Realizadas as visitas de acompanhamento de obra dos convênios de 2011	Visitas realizadas	Unidade	0	0	-
Analisados/reanalizados 2 projetos de exercícios anteriores	Projeto analisado	Unidade	2	1	*50%
Realizadas visitas de acompanhamento dos 55 convênios de exercícios anteriores	Visita realizada	Unidade	88	53	85%

### Análise crítica

\*Houve 01 projeto de esgoto PAC 1 cancelado

<b>Identificação da Ação</b>					
<b>Denominação:</b> 7652 - Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Prevenção e Controle de Agravos					
<b>Tipo de Ação:</b> Projeto					
<b>Finalidade:</b> Dotar os domicílios e estabelecimentos coletivos de condições sanitárias adequadas visando à prevenção e controle de doenças e agravos.					
<b>Descrição:</b> Melhorias Sanitárias Domiciliares são intervenções promovidas, prioritariamente, nos domicílios e eventualmente intervenções coletivas de pequeno porte. Inclui a construção de módulos sanitários, banheiro, privada, tanque séptico, sumidouro (poço absorvente), instalações de reservatório domiciliar de água, tanque de lavar roupa, lavatório, pia de cozinha, ligação à rede pública de água, ligação à rede pública de esgoto, dentre outras. São consideradas coletivas de pequeno porte, por exemplo: banheiro público, chafariz público, ramais condominiais, tanque séptico, etc. Pode também fomentar a implantação de oficina municipal de saneamento.					
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas:</b> Fundação Nacional de Saúde					
<b>Coordenador da Ação:</b> Sadi Coutinho Filho					
<b>Unidade Executora:</b> Divisão de Engenharia de Saúde Pública (DIESP)					

Fonte: Sigplan

<b>Identificação da Ação</b>					
<b>Denominação:</b> 7652 - Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Prevenção e Controle de Agravos					
Analisar os projetos de 2011	Projeto analisado	Unidade	27	27	100%
Realizar as visitas preliminares de 2011	Visita preliminar realizada	Unidade	27	27	100%
Realizar visitas de acompanhamento dos convênios de 2011 aprovados	Visita realizada	Unidade	0	0	-
Analisar projetos de exercícios anteriores	Projeto analisado	Unidade	01	01	100%
Realizar visitas de acompanhamento dos 80 convênios de exercícios anteriores.	Visita realizada	Unidade	128	96	75%

<b>Identificação do Programa de Governo</b>	
<b>Código no PPA:</b> 1287	<b>Denominação:</b> Saneamento Rural
<b>Tipo do Programa:</b> Finalístico	
<b>Objetivo Geral:</b> Promover e participar da adoção de medidas voltadas à prevenção e ao controle dos determinantes e condicionantes de saúde da população.	
<b>Objetivos Específicos:</b> Ampliar a cobertura e melhorar a qualidade dos serviços de saneamento ambiental em áreas rurais.	
<b>Gerente:</b> Gilson de Carvalho Queiroz Filho	<b>Responsável:</b> Ruy Gomide Barreira
<b>Público Alvo:</b> População rural dispersa, residente em assentamentos da reforma agrária e em localidades de até 2.500 habitantes e as minorias étnico-raciais como quilombolas, população indígena e outros povos da floresta.	

Fonte: Sigplan

<b>Identificação da Ação</b>
<b>Denominação:</b> 7656 - Implantação, Ampliação ou Melhoria do Serviço de Saneamento em Áreas Rurais, em Áreas Especiais (Quilombos, Assentamentos e Reservas Extrativistas) e em Localidades com População Inferior a 2.500 Habitantes para Prevenção e Controle de Agravos.
<b>Tipo de Ação:</b> Projeto
<b>Finalidade:</b> Propiciar resolubilidade, em áreas de interesse especial (assentamentos, remanescentes de quilombos e áreas extrativistas) para problemas de saneamento, prioritariamente o abastecimento público de água, o esgotamento sanitário e as melhorias sanitárias domiciliares e/ou coletivas de pequeno porte, bem como a implantação de oficina municipal de saneamento, visando à prevenção e ao controle de doenças e agravos.
<b>Descrição:</b> Fomento e financiamento a implantação e/ou a ampliação e/ou a melhoria de sistemas públicos de abastecimento de água e de sistemas públicos de esgotamento sanitário, contemplando a elaboração de planos diretores e projetos, a realização de obras, incluindo ligação domiciliar, rede coletora de esgoto, rede de distribuição de água e estação

de tratamento, ações voltadas para a sustentabilidade dos mesmos, bem como a implantação de melhorias sanitárias domiciliares e/ou coletivas de pequeno porte, assim como a implantação de oficina municipal de saneamento, compreendendo desde a elaboração do projeto até a sua operação plena.

**Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Fundação Nacional da Saúde

**Coordenador da Ação:** Sadi Coutinho Filho

**Unidade Executora:** Divisão de Engenharia de Saúde Pública (DIESP)

**Fonte:** Sigplan

<b>Identificação da ação</b>					
<b>Denominação:</b> 7656 – Implantação, Ampliação ou Melhoria do Serviço de Saneamento em Áreas Rurais, em Áreas Especiais (Quilombos, Assentamentos e Reservas Extrativistas) e em Localidades com População Inferior a 2.500 Habitantes para Prevenção e Controle de Agravos.					
Analisar os projetos de 2011	Projeto analisado	Unidade	0	0	100%
Realizar as visitas preliminares de 2011	Visita preliminar realizada	Unidade	0	0	100%
Realizar visitas de acompanhamento dos convênios de 2011 aprovados	Visita realizada	Unidade	0	0	0
Realizar visitas de acompanhamento dos 2 convênios de exercícios anteriores de água (01 assentamento e 01 quilombola).	Visita técnica	Unidade	2	2	100%

#### **Análise Crítica**

1. As metas estão em readequação devido a grande quantidade de poços improdutivos.
2. Os dois convênios de MSD foram cancelados.

<b>Identificação do Programa de Governo</b>	
<b>Código no PPA:</b> 8007	<b>Denominação:</b> Resíduos Sólidos Urbanos
<b>Tipo do Programa:</b> Finalístico	
<b>Objetivo Geral:</b> Promover e difundir a gestão ambiental, a produção e o consumo sustentável nos ambientes urbanos e rurais e nos territórios dos povos e comunidades tradicionais.	
<b>Objetivos Específicos:</b> Ampliar a área de cobertura e eficiência dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos, com ênfase no encerramento de lixões, na redução, no reaproveitamento e na reciclagem de materiais, por meio da inclusão socioeconômica de catadores	
<b>Público Alvo:</b> População localizada em áreas de maior concentração de pobreza do país e/ou de fragilidade físico-ambiental; em municípios de pequeno e médio portes, nas periferias de grandes centros e de regiões metropolitanas.	

**Fonte:** Sigplan

<b>Identificação da Ação</b>
<b>Denominação:</b> 20AM - Implementação de Projetos de Coleta e Reciclagem de Materiais
<b>Tipo de Ação:</b> Atividade
<b>Finalidade:</b> Aumentar a produtividade do processo de coleta e reciclagem de materiais acompanhados do desenvolvimento de atividades educativas, informativas e de comunicação, visando à mobilização dos catadores para a prevenção e controle de doenças e agravos, ocasionados pelas condições de trabalho a que estes estão submetidos.
<b>Descrição:</b> A ação de Apoio à Implementação de Projetos de Coleta e Reciclagem de Materiais contempla intervenções que visam contribuir para a universalização dos serviços de coleta, limpeza pública, tratamento e disposição final dos resíduos sólidos nas áreas mais carentes do país e será implementada por intermédio das modalidades abaixo relacionadas: a) Implantação, ampliação ou melhoria de Unidades Básicas de Materiais Recicláveis, assistência técnica, aquisição de máquinas, equipamentos e insumos e desenvolvimento institucional; b) Assessoramento tecnicamente aos representantes de empresas públicas, fundações ou organizações não governamentais na elaboração, execução, acompanhamento e supervisão de projetos, programas e atividades educativas de caráter permanente.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas:</b> Fundação Nacional de Saúde
<b>Coordenador da Ação:</b> Sadi Coutinho Filho
<b>Unidade Executora:</b> Divisão de Engenharia de Saúde Pública (DIESP)

**Fonte:** Sigplan

<b>Identificação da Ação</b>					
<b>Denominação:</b> 20AM - Implementação de Projetos de Coleta e Reciclagem de Materiais					
Meta	Produto	Exercício 2011	Meta	Produto	Exercício 2011
Analisar os 20 Projeto de catadores selecionados através do Edital de 2009 e 2010	Projeto analisado	Unidade	20	20	100%
Realizar visitas preliminares	Visita realizada	Unidade	20	20	100%
Realizar visitas de acompanhamento dos convênios aprovados	Visita realizada	Unidade	20	2	10%

### Análise Crítica

Percebeu-se grande dificuldade das associações de catadores no que se refere à documentação necessária para aprovação do convênio.

<b>Identificação da Ação</b>
<b>Denominação:</b> 10GG - Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE).
<b>Tipo de Ação:</b> Projeto
<b>Finalidade:</b> Apoiar, técnica e financeiramente, os estados e municípios na implantação, ampliação ou melhoria dos sistemas de coleta, tratamento e destinação final de resíduos sólidos para prevenção e controle de agravos nas áreas mais carentes do país e com população inferior a 50.000 habitantes, preferencialmente, nos municípios acometidos de incidência da dengue.
<b>Descrição:</b> A ação de implantação e ampliação dos sistemas de limpeza pública, acondicionamento, coleta, disposição final e tratamento de resíduos sólidos urbanos contempla intervenções que visam contribuir para a universalização dos serviços de coleta, limpeza pública, tratamento e disposição final dos resíduos sólidos nas áreas mais carentes do país e com população inferior a 30.000 habitantes, preferencialmente, nos municípios acometidos de incidência da dengue, e será implementada por intermédio das modalidades relacionadas a seguir: a) acondicionamento, coleta e transporte; implantação de sistema de coleta convencional e/ou seletiva, incluindo a aquisição de veículos, material e equipamentos para acondicionamento (cestas e contenedores para Postos de Entrega Voluntária - PEV e Locais de Entrega Voluntária - LEV instalados em logradouros públicos); b) unidades de disposição final - aterros sanitários ou de rejeitos. É passível de apoio financeiro toda a infra-estrutura para implantar aterros sanitários, incluindo: acesso; proteção adequada da área (cercamento e barreira vegetal); edificações de controle e apoio (balança, escritório, oficina de reparos, etc.), drenagem pluvial de chorume e de gases, impermeabilização de base, tratamento do chorume e equipamentos para operação. c) unidades de tratamento - triagem e/ou compostagem. É passível de apoio financeiro toda a infra-estrutura de implantação de unidades de tratamento de resíduos, bem como galpão para separação de resíduos destinados a catadores, incluindo obras civis, materiais e equipamentos; pátio de compostagem; balança; aterro de rejeitos e equipamentos para a operacionalização da unidade de tratamento. d) erradicação de "lixões" e recuperação das áreas degradadas.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas:</b> Fundação Nacional de Saúde
<b>Coordenador da Ação:</b> Sadi Coutinho Filho
<b>Unidade Executora:</b> Divisão de Engenharia de Saúde Pública (DIESP)
<b>Fonte:</b> Sigplan

<b>Identificação da Ação</b>					
<b>Denominação:</b> 10GG - Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE).					
Analisar os projetos de pleitos de 2011, referente às obras	Projeto analisado	Unidade	A definir	1	-

Realizar visitas preliminares de convênios de 2011, referente às obras	Visita preliminar realizada	Unidade	A definir	0	-
Realizar visitas de acompanhamento dos convênios 2011, referente às obras	Visita realizada	Unidade	A definir	0	-
Analisar os projetos de exercícios anteriores	Projeto analisado	Unidade	39	39	100%
Realizar visitas de acompanhamento dos 134 convênios de exercícios anteriores	Visita realizada	Unidade	214	193	90%

Fonte: Plano Operacional da SUEST-PR / 2011

#### Análise Crítica

Conforme Portaria nº 22 datado de 11/01/2012, os projetos referentes à aquisição de equipamentos, serão analisados pelo DENSP.

Devido aos projetos estarem em andamento, não é possível definir a meta que será escolhida pela prefeitura (equipamentos ou obras).

<b>Identificação da Ação</b>
<b>Denominação:</b> 20AG - Apoio à Gestão dos Sistemas de Saneamento Básico em Municípios de até 50.000 Habitantes.
<b>Tipo de Ação:</b> Atividade
<b>Finalidade:</b> Promover e apoiar, técnica e financeiramente, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias para o fortalecimento institucional dos modelos de gestão dos serviços públicos de saneamento ambiental de estados e municípios.
<b>Descrição:</b> Promoção de intercâmbio com estados, municípios, entidades de ensino e pesquisa, associações e instituições públicas de saneamento, a partir do repasse de experiências e de recursos financeiros, visando ao desenvolvimento de novas tecnologias e de Programas de modelo de gestão para qualidade dos serviços de controle de perdas, de fomento à capacitação, de aquisição de equipamentos, de controle de qualidade da produção de água, de elaboração de plano diretor de saneamento, dentre outros. Esta ação busca a melhoria contínua do desempenho ambiental em um processo cíclico, em que os atores envolvidos revêem e avaliam, periodicamente, os sistemas de gestão em saneamento ambiental empregados, de modo a identificar oportunidades de melhorias.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas:</b> Fundação Nacional de Saúde
<b>Coordenador da Ação:</b> Sadi Coutinho Filho
<b>Unidade Executora:</b> Divisão de Engenharia de Saúde Pública (DIESP)

Fonte: Sigplan

<b>Identificação da subação</b>					
Apoio à Gestão dos Sistemas de Saneamento Básico em Municípios de até 50.000 habitantes					
<b>Meta</b>	<b>Produto</b>	<b>Exercício 2011</b>			
		<b>Unidade de Medida</b>	<b>Programado</b>	<b>Realizado</b>	<b>Realizado /Programado %</b>
Apoiar os municípios com até 50.000 hab. na gestão dos sistemas de saneamento básico.	Município Atendido	Unidade	40	40	100%
Apoiar 2 consórcios intermunicipais de saneamento	Consórcio Apoiado	Unidade	2	2	100%

#### Análise Crítica

Os objetivos foram atingidos e a parceria com os consórcios foi fortalecida face ao trabalho em conjunto

<b>Identificação da subação</b>					
Fomento à elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB)					
Meta	Produto	Exercício 2011			
		Unidade de Medida	Programado	Realizado	Realizado /Programado %
Apoiar tecnicamente 12 municípios com implantação de Planos Municipais de Saneamento Básico (convênios 2010) por meio dos NICT.	Município beneficiado	Unidade	12	12	100%
Analisar 12 planos de trabalho e orçamentos detalhados relativos aos PMSB	Plano orçamento analisado	Unidade	12	12	100%

#### **Análise Crítica**

Todos os planos de trabalho foram entregues e analisados, porém no ano de 2011 não estavam em condições técnicas para aprovação sendo que no início do presente ano estão sendo aprovados.

<b>Identificação da Ação</b>
<b>Denominação:</b> 20 AF – Apoio ao Controle da Qualidade da Água para Consumo Humano
<b>Tipo de Ação:</b> Atividade
<b>Finalidade:</b> Apoiar técnica e financeiramente os responsáveis pela operação de sistema ou solução alternativa de abastecimento de água visando à melhoria dos procedimentos de controle da qualidade da água e o atendimento dos padrões de potabilidade estabelecidos na legislação vigente. Proporcionar o financiamento da implantação de unidades de fluoretação da água.
<b>Descrição:</b> Desenvolvimento e capacitação de recursos humanos envolvidos com a operação e manutenção de sistema ou solução alternativa de abastecimento de água; financiamento para aparelhamento e implantação de unidades laboratoriais e outras instalações destinadas ao controle da qualidade da água para consumo humano; desenvolvimento de ações de vigilância e controle de qualidade da água em áreas indúgenas.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas:</b> Fundação Nacional de Saúde
<b>Coordenador da Ação:</b> Antônio Henrique de Carvalho Pires
<b>Unidade Executora:</b> Departamento de Saúde Ambiental (SESAM)

Fonte: Sigplan

<b>Identificação da subação</b>					
20 AF – Apoio ao Controle da Qualidade da Água para Consumo Humano					
Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2011		
			Programado	Realizado	Realizado /Programado %
Apoiar os municípios com até 50 mil habitantes com as ações voltadas para o controle de qualidade de água para consumo humano.	Município atendido	Unidade	40	42	105%
Apoiar o Centro de Referência em Saneamento Ambiental-Laboratório de Controle em Saneamento Ambiental em Maringá.	Centro de referência apoiado	Unidade	1	1	100%
Apoiar 2 consórcios intermunicipais de saneamento	Consórcio público apoiado	Unidade	2	2	100%

#### **Análise Crítica**

Ação 20AF – Controle de qualidade de água:

As metas foram cumpridas. As atividades transcorreram normalmente.



<b>Identificação da Ação</b>
<b>Denominação:</b> 6908 - Fomento à Educação em Saúde voltada para o Saneamento Ambiental
<b>Tipo de Ação:</b> Atividade
<b>Finalidade:</b> Assessorar gestores e técnicos em todos os níveis para o desenvolvimento de ações permanentes de comunicação e educação em saúde, por meio da mobilização social, visando à promoção da saúde, prevenção e controle de doenças e agravos, ocasionados pela falta e/ou inadequação de ações de saneamento ambiental.
<b>Descrição:</b> As ações de Educação em Saúde e Mobilização Social nos projetos de saneamento ambiental financiados junto aos estados e municípios pela Funasa têm o sentido de fomentar, apoiar e fortalecer ações que resultem em efetiva melhoria na qualidade de vida da população beneficiada. A proposta é garantir que as melhorias em saneamento ambiental implementada nos municípios de até 50.000 habitantes, nos projetos das áreas metropolitanas e em áreas especiais (assentamentos, remanescentes de quilombo e áreas extrativistas) integrem-se de forma harmoniosa e sustentável nas comunidades, garantindo a inclusão social por intermédio do acesso das populações vulneráveis aos serviços a que têm direito e colaborando para a adequada e transparente aplicação dos recursos públicos nessa área, inclusive estimulando a parceria junto a outros projetos e programas de iniciativa governamental e não governamental. Com essas ações, esperam-se iniciativas nos municípios beneficiados. Para tal é necessário o assessoramento técnico qualificado, por intermédio das ações discriminadas a seguir: atuação junto aos gestores e técnicos em todos os níveis visando sensibilizá-los para a importância do desenvolvimento de atividades permanentes de Comunicação e Educação em Saúde; apoio técnico aos profissionais que atuam nas diversas instâncias de governo, representantes de ONGs para a elaboração, execução, acompanhamento e supervisão de projetos, programas e atividades educativas de caráter permanente; ampliação do Programa de Educação em Saúde e Mobilização Social (PESMS), financiada por recursos de convênio, para que se torne gerador/estimulador de outros projetos de alcance social; incentivo à integração das ações permanentes de Comunicação Educação em Saúde a outros projetos sociais / comunitários visando estimular a participação, controle e inclusão sociais, geração de emprego e renda; fomento à organização de estruturas e equipes locais para o desenvolvimento de ações permanentes de Educação em Saúde; incremento ao apoio logístico e de recursos humanos o Serviço de Saúde Ambiental, no seu componente de Educação em Saúde (SESAM) das Superintendências Estaduais da Funasa, por intermédio da aquisição de equipamentos e insumos, pagamento de diárias e passagens, prestação de serviços de terceiros por pessoas físicas e jurídicas visando o cumprimento das ações propostas.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas:</b> Fundação Nacional de Saúde
<b>Coordenador da Ação:</b> Antônio Henrique de Carvalho Pires
<b>Unidade Executora :</b> Departamento de Saúde Ambiental (SESAM)

Fonte: Sigplan

<b>Identificação da subação</b>					
Denominação: Fomento à Educação em Saúde voltada para o Saneamento Ambiental					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2011		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
1- Fomentar, apoiar, e fortalecer ações que resultem em efetiva melhoria de qualidade de vida das populações beneficiadas em 42 municípios contemplados com 67 convênios no Plano de Aceleração e Crescimento – PAC, bem como implantar ações de Educação em Saúde e Mobilização Social nos projetos de Saneamento Ambiental.	Municípios beneficiados	Unidade	42	80	190%
2- Apoiar 173 municípios conveniados com a FUNASA, nos 208 convênios, com a implantação de Ações de Educação em Saúde e Mobilização Social nos Projetos de Saneamento.	Municípios beneficiados	Unidade	173	109	63%

3- Apoiar e Assessorar 215 municípios na implantação dos Núcleos de Educação em Saúde.					
	Municípios beneficiados	Unidade	215	109	50%
4- Acompanhar e apoiar a execução das ações de Educação em Saúde e Mobilização Social em 57 municípios conveniados com a Funasa, nos 60 convênios nos Projetos de Saneamento Ambiental que foram pactuados no período de 2003 a 2005.	Municípios	Unidade	57	46	80%

Fonte: Plano Operacional da Suest /2011

#### Análise Crítica

a) Cumprimento das metas físicas: Realizadas com maior êxito nos itens 1, 2.

b) Subações que apresentaram problemas de execução: A falta de um veículo específico da para atender a área, uma vez que foi priorizado os veículos para atender o PAC 2 - DIESP, transferência de um técnico da SADUC para o MS, remanejamento de um técnico da SADUC para atender as necessidades da SESAM, redução no número de viagens programadas para 2 técnicos da SADUC.

c) Subações que superaram de forma significativa as metas estabelecidas: As 3 Oficinas realizadas contribuíram significativamente para o índice alcançado no item, disponibilidade de recursos orçamentários e financeiros pela presidência.

Os acompanhamentos, orientações, monitoramentos e assessorias aos municípios ocorreram por meio de visitas técnicas, telefone, via e-mail e seminário.

Identificação do Programa de Governo	
<b>Código no PPA:</b> 0016	<b>Denominação:</b> Gestão da Política de Saúde
<b>Tipo do Programa:</b> Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais	
<b>Objetivo Geral:</b> Fortalecer a gestão do SUS nas três esferas de governo, de modo a melhorar e aperfeiçoar a capacidade resolutive das ações e serviços prestados à população	
<b>Objetivos Específicos:</b> Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área da saúde.	
<b>Gerente:</b> Márcia Bassit Lameiro da Costa Mazzoli – Ministério da Saúde	<b>Responsável:</b> Luiz Fernando Beskow – Ministério da Saúde
<b>Público Alvo:</b> Governo	

Fonte: Sigplan

Identificação da Ação e Subação
<b>Denominação:</b> 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
<b>Tipo de Ação:</b> Atividade
<b>Finalidade:</b> Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.
<b>Descrição:</b> Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento

de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas:</b> Fundação Nacional de Saúde
<b>Coordenador da Ação:</b> Carlos Luiz Barroso Junior
<b>Unidade Executora:</b> Departamento de Administração (DEDM)

Fonte: Sigplan

<b>Identificação da Ação e Subação</b>				
Denominação: Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação				
Produto	Unidade de Medida	Exercício 2011		
		Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Servidor Capacitado	Unidade	40	37	92,5%
Número de Participação	Unidade	50	99	196,0%

Fonte: Plano Operacional da Suest \_\_\_/2011

#### **Análise Crítica**

A Funasa tem como meta manter seus recursos humanos qualificados e eficientes visando a consecução dos objetivos institucionais. A recomendação do Nível Central é que cada servidor participe, pelo menos, de uma capacitação por ano.

Dentro das possibilidades, procurou-se seguir as diretrizes e a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal instituída pelo Decreto nº 5.707 de 23/02/2009 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG, priorizando as capacitações promovidas pelas Escolas de Governo e Instituições Parceiras, visando a racionalização dos gastos com capacitação, e priorizados os eventos realizados na cidade de lotação dos participantes, devendo constar no Plano Anual de Capacitação – PAC, baseado no modelo de gestão por competência.

Dos recursos disponibilizados no Elemento de despesa 3390-00 no valor de R\$ 40.000,00 foram devolvidos R\$ 2.592,85.

No Elemento de Despesa: 3390-14 foram também utilizados recursos (MACAPPR – PTRES 005008) no valor de 18.312,88.

Ainda no Elemento de Despesa 3390-14 foram utilizados recursos (MACAPPR – PTRES 005008) no valor de 817,27, com diárias pagas para a Chefia do SOCAP participar da Oficina de reformulação da Norma Orientadora de Capacitação e da Norma Orientadora do Programa de Estágio, em Brasília – DF

No Elemento de despesa 3390-33 os recursos utilizados com a emissão de passagens aéreas são de responsabilidade do SEPAS na Presidência. Houveram pedidos de ressarcimento de passagens terrestres em decorrência da FUNASA – SUEST PR não haver firmado contrato com empresa para fornecimento de passagem terrestre.

Em 2011 a SUEST PR investiu R\$37.407,15 (taxas de investimento + pagamentos de diárias) em capacitação de pessoal tanto das áreas meio quanto das áreas finalísticas (não foram computadas as despesas com passagens aéreas, em decorrência destas serem custeadas pela

Funasa/Presidência). No total foram: 44 eventos de capacitação, com 99 participações e 37 servidores capacitados.

Apesar de ter havido uma boa execução no Elemento de Despesa 3390-14, algumas capacitações não se concretizaram:

VI Congresso Brasileiro de Pregoeiros – período 21 a 24 de março de 2011, na cidade de Foz do Iguaçu - PR – Indicado: Carlos Eduardo Berton

Comentário: O Processo foi arquivado em razão do Superintendente Estadual do Paraná haver suspenso a indicação em face da demanda de processos licitatórios para serem realizados

Curso de Licenciamento Ambiental – período: 26 a 27 de agosto de 2011 na cidade de Campinas - SP – Indicada: Roseane Batista da Cunha

Comentário: O SOCAP tomou todas as providências com vistas a viabilização da capacitação, o Processo já continha parecer favorável pela CODER e da PGF; a Servidora já estava com a PCDP emitida e passagens em mão, mas foi impedida de participar porque a nota de empenho para pagamento da taxa de inscrição, não foi emitida em tempo hábil a informação chegou quando já não tinha mais tempo hábil para interromper o processo de emissão de passagem ou cancelar a ordem bancária antes de ser enviada para pagamento.

O SOCAP teve que tomar providências de cancelamento de inscrição, passagens, Tornar sem efeito a Portaria de autorização e a Servidora devolveu os valores das diárias através de GRU.

26º Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental – período: 25 a 29 de setembro de 2011 na cidade de Porto Alegre- RS – Indicados pela DIESP: César Augusto Medeiros e Hélio Sanfelice

Comentário: O Servidor César Augusto Medeiros participou integralmente, já o Servidor Hélio Sanfelice, apesar de já estar com a PCDP emitida, passagem em mãos, e nota de empenho emitida em tempo hábil, mas não participou do Congresso. O SOCAP teve que tomar providências de cancelamento de inscrição, de passagens e solicitar junto a CODER para tornar sem efeito a Portaria de autorização de sua participação.

## **AVALIAÇÃO DO RESULTADO**

Avaliamos como boa execução orçamentária quanto à utilização dos recursos disponibilizados para capacitação, pois foi realizado 93,52% do previsto da meta financeira. No entanto algumas participações não necessitaram de recursos, uma vez que foram realizadas internamente, o que não geraram gastos e não puderam ser contabilizadas na ação, no entanto, permitiu o alcance da meta física: 196,0% de participações e 92,50% servidores capacitados em relação ao previsto. O baixo desempenho deve-se a alguns fatores que influenciaram tais como:

Indisponibilidade de alguns servidores para participarem por motivo de férias e/ou outros compromissos assumidos no período ou ainda falta de interesse do Servidor ou da chefia imediata em liberá-lo, alegando que os trabalhos sofreriam solução de continuidade.

Os recursos disponibilizados para as capacitações desta SUEST foram reduzidos em atendimento ao Decreto 7.446 de 1º de março de 2011, que limita as despesas com diárias, passagens e locomoção, no âmbito dos órgãos e unidades orçamentárias do Poder Executivo;

Algumas capacitações solicitadas não foram previstas no Plano Anual de Capacitação 2011  
Capacitações realizadas paralelamente, sem que o SOCAP tenha sido informado ou envolvido.

Os Modelos NOC precisam ser reformulados, pois existem informações repetitivas.

Missão institucional vaga, pois na elaboração do PAC devem ser priorizadas as competências individuais voltadas para o cumprimento das competências regimentais da área, sendo que toda capacitação só é realizada com vistas a consecução dos objetivos institucionais.

Indicação de alguns servidores para serem capacitados sem o perfil adequado

Trabalhos despendidos inutilmente pelo SOCAP, no que se refere a instrução de processos de capacitação, por solicitações encaminhadas pelas áreas, fora do prazo mínimo exigido pela NOC antes do início do evento, não havendo, em alguns casos, tempo hábil para a tramitação do processo, com vistas a emissão da nota de empenho e do parecer emitido pela PGF, sem os quais não é autorizada participação em eventos de capacitação.

Servidores que desistem de participar de capacitações após todo o processo concluído, inclusive após a emissão da nota de empenho, emissão de diárias e passagens.

Mudanças de período de eventos por parte do nível Central, uma vez que todas as providências já haviam sido tomadas.

Servidores não envolvidos com as demandas institucionais por falta de interesse, motivação e resistência à mudanças.

Algumas capacitações não aconteceram em face da redistribuição de alguns servidores para a SESAI.

Alguns servidores não contribuem para que as atividades do SOCAP sejam realizadas a contento.

Os prazos estabelecidos para a execução de atividades relacionadas ao Programa de Desenvolvimento de Recursos Humanos raramente são cumpridos.

A maioria dos servidores demonstra desinteresse em participar de capacitações em nível local, por outro lado, somos orientados a priorizar capacitações realizadas em nível local e, preferencialmente, em escolas de governo ou em instituições parceiras.

Comentários: Considerando o acima descrito, identificamos que há um problema de gestão a ser resolvido. Para resolução dos problemas esta SOCAP tem apontado para a chefia para que articule junto às demais, recomendando a necessidade de que as atividades propostas pelo setor de capacitação sejam consideradas, com vistas ao cumprimento da missão institucional.

## **PROGRAMA INSTITUCIONAL DE ESTÁGIO FUNASA/SUEST PR**

Embora o Programa de Estágio não faça parte deste relatório, consideramos importante fazer as observações a respeito desta atividade desenvolvida pelo Setor de Capacitação.

O Programa de Estágio da Funasa tem como objetivo viabilizar ao estudante o envolvimento técnico e operacional em áreas relacionadas ao seu curso.

Consciente da importância do estágio, e das dificuldades enfrentadas por boa parte dos jovens, a Funasa/SUEST PR abre suas portas a uma juventude que enfrenta, como em nenhuma outra época, enormes dificuldades para chegar ao mercado de trabalho - em sua estrutura, absorve estudantes e ensino médio e estudantes de nível superior das áreas Direito; Administração; Ciências Contábeis; Jornalismo e Engenharia Civil, para que possam encontrar na instituição meios de testar na prática o que aprenderam na teoria.

Podem estagiar estudantes universitários a partir do 5º período para os cursos de 4 anos de duração e a partir do 7º período para os cursos de 5 anos de duração e também estudantes do ensino médio ou fazendo curso técnico ( a partir dos 16 anos). Os Estudantes podem permanecer no Programa de estágio da Instituição, no máximo, por dois anos.

Os estagiários recebem, mensalmente, uma bolsa-auxílio e o auxílio transporte, para executar atividades de estágio oferecido pela Funasa.

A contratação ocorre por meio do Agente de Integração – IEL que encaminha candidatos a Estágio, através do Convênio firmado com o Nível Central. O quantitativo de vagas de estágio destinados à Funasa/ SUEST PR é de 15 para nível superior (destas, 10 com jornada de 30 horas semanais e 5 com jornada de 20 horas semanais) e de 25 para Ensino Médio (jornada de 20 horas semanais).

Em 2011, os recursos utilizados para custear as bolsas-auxílio dos estagiários totalizaram o valor de R\$ 96.824,08 Auxílio Transporte: R\$ 36.678,00 e a Taxa destinada ao Agente de Integração (IEL) R\$ 2.487,11. Vale lembrar que estes recursos não são descentralizados para a SUEST PR. A Presidência é quem realiza esse repasse via SIAPE e diretamente ao IEL.

**DEMONSTRATIVO MENSAL:**

NÍVEL SUPERIOR			2011			ENSINO MÉDIO			2011		
MÊS	BOLSA	AUX TRANS	TX IEL		BOLSA	AUX TRANS	TX IEL		BOLSA	AUX TRANS	TX IEL
JANEIRO	R\$ 4.732,00	R\$ 876,00	R\$ 78,85	JANEIRO	R\$ 3.078,85	R\$ 1.830,00	R\$ 117,22				
FEVEREIRO	R\$ 3.775,19	R\$ 684,00	R\$ 59,52	FEVEREIRO	R\$ 3.924,67	R\$ 2.064,00	R\$ 148,93				
MARÇO	R\$ 3.779,53	R\$ 856,00	R\$ 59,75	MARÇO	R\$ 3.965,26	R\$ 2.436,00	R\$ 150,99				
ABRIL	R\$ 4.853,33	R\$ 1.110,00	R\$ 74,46	ABRIL	R\$ 3.694,61	R\$ 1.986,00	R\$ 140,66				
MAIO	R\$ 5.083,87	R\$ 1.242,00	R\$ 80,13	MAIO	R\$ 3.491,61	R\$ 2.112,00	R\$ 132,41				
JUNHO	R\$ 4.402,67	R\$ 1.116,00	R\$ 70,08	JUNHO	R\$ 3.626,94	R\$ 2.146,00	R\$ 138,10				
JULHO	R\$ 4.229,34	R\$ 910,00	R\$ 67,50	JULHO	R\$ 3.538,95	R\$ 1.866,00	R\$ 130,11				
AGOSTO	R\$ 4.194,65	R\$ 1.194,00	R\$ 69,99	AGOSTO	R\$ 3.740,19	R\$ 2.274,00	R\$ 142,21				
SETEMBRO	R\$ 4.350,65	R\$ 1.080,00	R\$ 69,31	SETEMBRO	R\$ 3.464,53	R\$ 2.004,00	R\$ 131,90				
OUTUBRO	R\$ 4.737,20	R\$ 1.110,00	R\$ 74,20	OUTUBRO	R\$ 3.417,17	R\$ 1.842,00	R\$ 130,11				
NOVEMBRO	R\$ 4.889,00	R\$ 1.200,00	R\$ 77,30	NOVEMBRO	R\$ 3.741,97	R\$ 2.052,00	R\$ 142,48				
DEZEMBRO	R\$ 4.870,66	R\$ 1.026,00	R\$ 77,03	DEZEMBRO	R\$ 3.241,24	R\$ 1.662,00	R\$ 123,87				
<b>TOTAL (R\$)</b>	<b>53.898,09</b>	<b>12.404,00</b>	<b>858,12</b>	<b>TOTAL</b>	<b>42.925,99</b>	<b>R\$ 24.274,00</b>	<b>1.628,99</b>				

Em 2011, 108 estudantes participaram do Programa Institucional de Estágio da FUNASA – SUEST PR, conforme quadro demonstrativo de admissão e desligamento abaixo:

DEMONSTRATIVO MENSAL DO NÚMERO DE ESTAGIÁRIOS ADMITIDOS E DESLIGADOS:

MÊS	ESTAGIÁRIOS ADMITIDOS	ESTAGIÁRIOS DESLIGADOS
EXISTENTES	23	
JANEIRO	4	1
FEVEREIRO	4	4
MARÇO	5	6
ABRIL	6	4
MAIO	3	3
JUNHO	2	2
JULHO	2	5
AGOSTO	6	4
SETEMBRO	1	1
OUTUBRO	2	3
NOVEMBRO	4	1
DEZEMBRO	2	10
<b>TOTAL</b>	<b>41</b>	<b>44</b>

### 2.3.2 Resumo da Execução Física das subações realizadas pela UJ

Quadro A.2.2 – Resumo Execução Física das subações

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo	Prioridade	Subação	Descrição da Meta	Produto	Un. medida	Execução Física		Execução Financeira	
										Meta Prevista	Meta Realizada	Meta Prevista	Meta Realizada
<b>SANEAMENTO AMBIENTAL</b>													
10	512	122	7652	P	1	Implementação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para prevenção e Controle de Agravos	Analisados os pleitos de implantação de melhorias sanitárias domiciliares em municípios de até 50.000 hab enquadrados em 2011 que apresentaram projetos	Projeto analisado	unidade	27	27		
10	512	122	7652			Implementação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para prevenção e Controle de Agravos	Realizadas as visitas preliminares de obra dos convênios de 2011 que apresentaram projetos	Visita preliminar realizada	unidade	27	27		
10	512	122	7652			Implementação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para prevenção e Controle de Agravos	Realizadas as visitas de acompanhamento de obra dos convênios de 2011	Visitas realizadas	unidade	0	0		
10	512	122	7652			Implementação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para prevenção e Controle de Agravos	Analisados/reanalisados 1 projeto de exercícios anteriores	Projeto analisado	unidade	1	1		



10	512	122	7652			Implementação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para prevenção e Controle de Agravos	Realizadas visitas de acompanhamento dos 80 convênios de exercícios anteriores	Visitas realizadas	unidade	128	96		
10	512	122	10GD	P	1	Implantação e melhoria de Sistema Público de Abastecimento de água em municípios de até 50.000 habitantes, exclusive regiões metropolitanas	Analisados os projetos de sistemas de abastecimento de água em municípios de até 50.000 hab enquadrados em 2011 que apresentaram projetos	Projeto analisado	unidade	16	16		
			10GD		2		Realizadas as visitas preliminares de obra dos convênios de 2011 que apresentaram projetos	Visita preliminar realizada	unidade	16	16		
			10GD		3		Realizadas as visitas de acompanhamento de obra dos convênios de 2011	Visitas realizadas	unidade	0	0		
			10GD		4		Analisados/reanalizados 35 projetos de exercícios anteriores	Projeto analisado	unidade	35	28		
			10GD		5		Realizadas visitas de acompanhamento dos 133 convênios de exercícios anteriores	Visitas realizadas	unidade	213	192		
10	512	122	10GE	P	1	Implantação e melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios de até 50.000 habitantes, exclusive em regiões	Analisados os projetos de sistemas públicos de esgotamento sanitário em municípios de até 50.000 hab enquadrados em 2011 que apresentaram projetos.	Projeto analisado	unidade	28	28		

						Metropolitanas							
			10GE		2		Realizadas as visitas preliminares de obra dos convênios de 2011 que apresentaram projetos	Visita preliminar realizada	unidade	28	28		
			10GE		3		Realizadas as visitas de acompanhamento de obra dos convênios de 2011	Visitas realizadas	unidade	0	0		
			10GE		4		Analisados/reanalizados 02 projetos de exercícios anteriores	Projeto analisado	unidade	02	01		
			10GE		5		Realizadas visitas de acompanhamento dos 55 convênios de exercícios anteriores	Visitas realizadas	unidade	88	53		
10	511	1287	7656	P	1	Implantação, Aplicação ou Melhoria do serviço de Saneamento em Áreas Rurais, em Áreas Especiais (Quilombolas, Assentamentos e Reservar Extrativistas) e em localidades com população inferior a 2500 hab. para Prevenção e Controle de Agravos	Analisar os projetos de saneamento em áreas especiais, de 2011	Projeto analisado	unidade	0	0		
10	511	1287	7656	P	1	Implantação, Aplicação ou Melhoria do serviço de Saneamento em Áreas Rurais, em Áreas Especiais (Quilombolas,	Realizar visitas preliminares de convênios 2011	Visitas realizadas	unidade	0	0		

						Assentamentos e Reservar Extrativistas) e em localidades com população inferior a 2500 hab. para Prevenção e Controle de Agravos							
10	511	1287	7656	P	1	Implantação, Aplicação ou Melhoria do serviço de Saneamento em Áreas Rurais, em Áreas Especiais (Quilombolas Assentamentos e Reservar Extrativistas) e em localidades com população inferior a 2500 hab. para Prevenção e Controle de Agravos	Realizar visitas de acompanhamento dos convênios 2011	Visitas realizadas	unidade	0	0		
10	511	1287	7656	P	1	Implantação, Aplicação ou Melhoria do serviço de Saneamento em Áreas Rurais, em Áreas Especiais (Quilombolas, Assentamentos e Reservar Extrativistas) e em localidades com	Realizar visitas de acompanhamento dos convênios de exercícios anteriores	Visitas realizadas	unidade	02	02		

						população inferior a 2500 hab. para Prevenção e Controle de Agravos							
10	512	8007	10GG	P	3	Implantação e Melhorias de Sistemas Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos em Municípios de até 50.000 hab., exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico.	Analisar os projetos de implantação e melhoria de sistemas públicos de manejo de resíduos sólidos em municípios de até 50.000 hab	Projeto analisado	unidade	A definir	1		
10	512	8007	10GG	P	3	Implantação e Melhorias de Sistemas Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos em Municípios de até 50.000 hab., exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico.	Realizar visitas preliminares de convênios de 2011	Visita preliminar realizada	unidade	A definir	0		
10	512	8007	10GG	P	3	Implantação e Melhorias de Sistemas Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos	Realizar visitas de acompanhamento dos convênios 2011	Visita realizada	unidade	A definir	0		

						em Municípios de até 50.000 hab., exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico.							
10	512	8007	10GG	P	3	Implantação e Melhorias de Sistemas Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos em Municípios de até 50.000 hab., exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico.	Analisar os projetos de exercícios anteriores	Projeto analisado	unidade	39	39		
10	512	8007	10GG	P	3	Implantação e Melhorias de Sistemas Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos em Municípios de até 50.000 hab., exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico.	Realizar visitas de acompanhamento dos 134 convênios de exercícios anteriores	Visita realizada	unidade	214	193		
10	512	8007	20A	A	3	Implementação de	Analisar os 20 Projeto de catadores	Projeto	unidade	20	20		

			M			Projetos de Coleta e Reciclagem de Materias.	selecionados através do Edital de 2009 e 2010	analisado						
10	512	8007	20A M	A	3	Implementação de Projetos de Coleta e Reciclagem de Materias.	Realizar visitas preliminares	Visita realizada	unidade	20	20			
10	512	8007	20A M	A	3	Implementação de Projetos de Coleta e Reciclagem de Materias.	Realizar visitas de acompanhamento dos convênios aprovados	Visita realizada	unidade	20	2			
10	512	0122	20AG	A	3	Apoiar tecnicamente 12 municípios com implantação de Planos Municipais de Saneamento Básico por meio dos NICT.	Município beneficiado	un	unidade	12	12			
10	512	0122	20AG		3	Analisar 12 planos de trabalho e orçamentos detalhados relativos aos PMSB	Plano e orçamento analisado	un	unidade	12	12			
10	512	0122	20AG	A	3	Município atendido	Município	un	unidade	40	40			
10	512	0122	20AG	A	3	Consórcio apoiado	Consórcio apoiado	un	unidade	2	2			

**SAÚDE AMBIENTAL**

10	512	0122	20AF	A	3	Apoio ao Controle da Qualidade da Água para Consumo Humano	Apoiar os municípios com até 50 mil habitantes com as ações voltadas para o controle de qualidade de água para consumo humano.	Município atendido	unidade	40	40			
----	-----	------	------	---	---	--	--	--------------------	---------	----	----	--	--	--

10	512	0122	20AF		2	Apoio ao Controle da Qualidade da Água para Consumo Humano	Apoiar o Centro de Referência em Saneamento Ambiental- Laboratório de Controle em Saneamento Ambiental em Maringá.	Centro de referência apoiado	unidade	1	1		
10	512	0122	20AF		3	Apoio ao Controle da Qualidade da Água para Consumo Humano	Apoiar 2 consórcios intermunicipais de saneamento	Consórcio público apoiado	unidade	2	2		
10	512	0122	6908	A	3	Fomento à Educação em Saúde voltada para Saneamento Ambiental	1- Fomentar, apoiar, e fortalecer ações que resultem em efetiva melhoria de qualidade de vida das populações beneficiadas em 42 municípios contemplados com 67 convênios no Plano de Aceleração e Crescimento – PAC, bem como implantar ações de Educação em Saúde e Mobilização Social nos projetos de Saneamento Ambiental.	Município beneficiado	unidade	42	80		
10	512	0122	6908	A	3	Fomento à Educação em Saúde voltada para Saneamento Ambiental Fomento à Educação em Saúde voltada para Saneamento Ambiental	2- Apoiar 173 municípios conveniados com a FUNASA, nos 208 convênios, com a implantação de Ações de Educação em Saúde e Mobilização Social nos Projetos de Saneamento.  3- Apoiar e Assessorar 215 municípios na implantação dos Núcleos de Educação em Saúde.	Município beneficiado  Município	Unidade  unidade	173  215	109  109		

							4- Acompanhar e apoiar a execução das ações de Educação em Saúde e Mobilização Social em 57 municípios conveniados com a Funasa, nos 60 convênios nos Projetos de Saneamento Ambiental que foram pactuados no período de 2003 a 2005.	pio beneficiado		57	46		
--	--	--	--	--	--	--	---	-----------------	--	----	----	--	--

Fonte: PlamSUS

GESTÃO													
10	128	0016	4572	A	3	Nº e denominação da Ação	Capacitar Servidores Públicos Federais da Funasa da SUEST/PR	Servidor Capacitado	Unidade	40	37		
10	128	0016	4572	A	3	Nº e denominação da Subação	Promover a participação de servidores Públicos Federais em eventos de capacitação	Participação em evento	Unidade	50	99		



## **2.4 Desempenho Orçamentário/Financeiro**

### **2.4.1 Programação Orçamentária de Despesa**

#### **Quadro A 2.3 – Identificação das Unidades Orçamentárias**

<b>Denominação das Unidades Orçamentárias</b>	<b>Código da UO</b>	<b>Código SIAFI da UGO</b>
Fundação Nacional da Saúde	36211	255000

### **2.4.2 Programação de Despesas Correntes**

#### **Quadro A.2.4 - Programação de Despesas Correntes**

**“NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA”.**

### **2.4.3 Programação de Despesas de Capital**

#### **Quadro A.2.5 - Programação de Despesas Capital**

**“NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA”.**

#### **2.4.3.1 Quadro Resumo da Programação de Despesas**

**“NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA”.**

#### **Quadro A.2.6 - Quadro Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência**

**“NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA”.**

### 2.4.3.2 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

#### QUADRO A.2.7 - MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA

##### DESCENTRALIZAÇÕES CONCEDIDAS E RECEBIDAS

Exercício: 2011

Base: 30-JAN-2012

Moeda: REAL (Em unidade monetária)

UG Executora 255016 FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - PR

Mês de Referência DEZEMBRO

Tipo de Valor Saldo Atual

Grupo de Despesa				1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		Item de Informação
Unidade Orçamentária				Função/Subfunção/Programa/Projeto_Atividade		Provisões Recebidas
362			FUNDAÇÃO NACIONAL DE	09272008901	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E	
11	36211	0927200890181	SAÚDE	81	PENSÕES - SERVIDORES CIVIS	42.268,17
	36211	1012207502000		10122075020		
				00	ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE	3.287,65
Grupo de Despesa				3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES		Destaques Recebidos
Unidade Orçamentária				Função/Subfunção/Programa/Projeto_Atividade		Provisões Recebidas
362	36211		FUNDAÇÃO NACIONAL DE	101220122		
11	1012201222272		SAÚDE	2272	GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA	129.417,57
	36211			101220750		
		1012207502000		2000	ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE	1.950.777,27
	36211			101221287		
		1012212872272		2272	GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA	3.557,89
	36211			101280016	CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS	
		1012800164572		4572	FEDERAIS EM PROCESSO DE Q	37.307,15
	36211					
		10512012220A		105120122	APOIO À GESTÃO DOS SISTEMAS DE	
	G			20AG	SANEAMENTO BÁSICO EM MUNICÍPI	4.035,66

	36211		105410122	FOMENTO À EDUCAÇÃO EM SAÚDE VOLTADA		
	1054101226908		6908	PARA O SANEAMENTO AMBIEN	14.201,01	
362	36212	AGENCIA NACIONAL DE	103041289	VIGILÂNCIA SANITÁRIA EM PORTOS,		
12	1030412896138	VIGILANCIA SANITARIA	6138	AEROPORTOS, FRONTEIRAS E REC		137.663,29
369	36901		101220750			
01	1012207502000	FUNDO NACIONAL DE SAUDE	2000	ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE		250.263,53
	36901		101221287			
	1012212872272		2272	GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA	544.901,36	
	36901		104230150	PROMOÇÃO, VIGILÂNCIA, PROTEÇÃO E		
	1042301508743		8743	RECUPERAÇÃO DA SAÚDE INDÍGE	1.235.513,24	

**Grupo de Despesa 4 INVESTIMENTOS**

<u>Unidade Orçamentária</u>				<u>Função/Subfunção/Programa/Projeto_Atividade</u>		<u>Provisões Recebidas</u>
362	36211	FUNDACAO NACIONAL DE	101220750			
11	1012207502000	SAUDE	2000	ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE		6.900,00
369	36901		103020150	ESTRUTURAÇÃO DE UNIDADES DE SAÚDE		
01	1030201503869	FUNDO NACIONAL DE SAUDE	3869	PARA ATENDIMENTO À POPULAÇ		90.447,75

### **Análise crítica**

Os quadros acima demonstram a movimentação orçamentária por grupo de despesas informando os valores recebidos (créditos e Provisões) das movimentações externas.

O primeiro quadro se refere a créditos recebidos da ANVISA relativos a rateio de despesas condominiais no Valor de 137.663,29, estes valores depois de recebidos são utilizados para atender despesas com elevadores, água, luz, telefone, vigilância, limpeza e manutenção de equipamentos telefônicos somente do prédio da sede da SUEST/PR.

No segundo quadro, o valor de R\$250.263,53 corresponde ao rateio de despesas de condomínio do Núcleo do Ministério da Saúde do Paraná MS/PR, nos mesmos padrões da ANVISA/PR

Os três outros valores que compõem o segundo quadro são provisões recebidas do Distrito Sanitário Especial Indígena – DSEI/LISUL para pagamento de diversas despesas, inclusive contratuais que ocorreram antes das sub-rogações dos contratos.

O último o quadro, menciona as provisões recebidas e distribuídas em vários programas e atividades com intuito de atender as diversas necessidades administrativas previstas no orçamento do exercício de 2011, ressaltando que foram executadas dentro das normas e procedimentos do orçamento público e acompanhadas em sua execução pela Seção de Contabilidade – SAOFI e pela Divisão de Administração – DIADM.

#### **2.4.4 Execução Orçamentária da Despesa**

**“NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA”.**

##### **2.4.4.1 Execução Orçamentária de Créditos originários da UJ**

**“NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA”.**

##### **2.4.4.1.1 Despesas por Modalidade de Contratação**

**QUADRO A.2.8 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ**

**“NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA”.**

##### **2.4.4.1.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa**

**Quadro A.2.9 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ**

**“NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA”.**

##### **2.4.4.1.3 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa**

**Quadro A.2.10 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ**

**“NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA”.**

### 2.4.4.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

### 2.4.4.3 Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação

## QUADRO A.2.11 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO - DIÁRIAS



Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal **Execução Orçamentária por Nota de Empenho e Subitem.**

Exercício: 2010

Base: 31-JAN-2011

Moeda: REAL (Em unidade monetária)

UG Executora 255016 FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - PR

Mês de Referência DEZEMBRO

Tipo de Valor Saldo Atual

	2010		2011	
	Empenhos liquidados	Valores Pagos	Empenhos liquidados	Valores Pagos
<b>Total Geral</b>	<b>5.365.536,06</b>	<b>5.361.407,56</b>	<b>3.674.749,96</b>	<b>3.674.749,96</b>
<b>Modalidade de Licitação</b>	<b>3.755.972,00</b>	<b>3.751.843,50</b>	<b>2.771.271,13</b>	<b>2.771.271,13</b>
02 02 Convite	14.200,00	14.200,00	-	-
03 03 Tomada de preço	46.068,42	46.068,42	24.975,30	24.975,30
12 12 Pregão	3.695.703,58	3.691.575,08	2.746.295,83	2.746.295,83
<b>Contratações Diretas</b>	<b>700.921,96</b>	<b>700.921,96</b>	<b>662.194,85</b>	<b>662.194,85</b>
06 06 Dispensa de licitação	70.458,77	70.458,77	494.993,22	494.993,22
07 07 Inexigível	630.463,19	630.463,19	167.201,63	167.201,63

<b>Regime de Execução Especial</b>	<b>28.949,21</b>	<b>28.949,21</b>	<b>2.492,72</b>	<b>2.492,72</b>
09 09 Suprimento de fundos	28.949,21	28.949,21	2.492,72	2.492,72
<b>Pagamento de Pessoal</b>	<b>756.343,10</b>	<b>756.343,10</b>	<b>200.317,59</b>	<b>200.317,59</b>
Pagamento em Folha	41.780,62	41.780,62	45.555,82	45.555,82
Diárias	714.562,48	714.562,48	154.761,77	154.761,77
<b>Outros</b>	<b>123.349,79</b>	<b>123.349,79</b>	<b>38.473,67</b>	<b>38.473,67</b>
08 08 Não se aplica	123.349,79	123.349,79	38.473,67	38.473,67

## 2.4.5 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

### QUADRO A.2.12 – DESPESAS CORRENTES POR GRUPO DE ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO - EXTERNA

Grupo de Despesa	Elemento de Despesa	Item de Informação			
		Total Empenhado	Processados Inscrição	Crédito Empenhado Liquidado	Valores Pagos
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES				
	30 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	220.728,06	21.421,03	199.307,03	199.307,03
	33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	29.380,02		29.380,02	29.380,02
	37 LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	519.941,10	28.585,42	491.355,68	491.355,68
	39 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	1.395.321,59	185.889,63	1.209.431,96	1.209.431,96
	47 OBRIG.TRIBUT.E CONTRIB-OP.INTRA-ORCAMENTARIAS	813,67	411,23	402,44	402,44
	92 DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	2.156,98		2.156,98	2.156,98
4	INVESTIMENTOS				
	51 OBRAS E INSTALACOES - OP.INT.ORB.	84.272,75	84.272,75		
	52 EQUIP.E MATERIAL PERMANENTE - OP.INTRA-ORB.	6.175,00		6.175,00	6.175,00

### INTERNA

Grupo de Despesa	Elemento de Despesa	Total Empenhado	Crédito Empenhado Liquidado	RP Não Processados Inscrição	Valores Pagos
1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	08 OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAIS	45.555,82	0,00	0,00	45.555,82
3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	14 DIARIAS - PESSOAL CIVIL	148.334,87	148.334,87	0,00	148.334,87
	30 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	213.950,95	146.391,50	67.559,45	146.391,50
	33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	10.076,79	10.076,79	0,00	10.076,79
	36 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	6.426,90	6.426,90	0,00	6.426,90
	37 LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	733.064,51	640.805,33	92.259,18	640.805,33
	39 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	1.000.620,49	707.505,00	293.115,49	707.505,00
	47 OBRIG.TRIBUT.E CONTRIB-OP.INTRA-ORCAMENTARIAS	11.835,84	9.558,44	2.277,40	9.558,44
	92 DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	6.066,41	6.066,41	0,00	6.066,41
	93 INDENIZACOES E RESTITUICOES	8.919,79	8.919,79	0,00	8.919,79
4 INVESTIMENTOS	52 EQUIP.E MATERIAL PERMANENTE - OP.INTRA-ORC.	6.900,00	6.900,00	0,00	6.900,00

## 2.4.6 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

### Quadro A.2.13 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Exercício:  
2010/2011

UG Executora

255016 FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - PR

GRUPOS DE DESPESAS/ELEMENTO DE DESPESA	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas		Valores Pagos		RP não Processados	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
<b>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</b>								
08 OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAIS	45.555,82	41.780,62	45.555,82	41.780,62	45.555,82	41.780,62	0,00	0,00
<b>OUTRAS DESPESAS CORRENTES</b>								
14 DIARIAS - PESSOAL CIVIL	148.334,87	518.451,28	148.334,87	518.451,28	148.334,87	518.451,28	0,00	0,00

30	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	434.679,01	712.826,85	345.698,53	575.172,57	345.698,53	574.252,57	88.980,48	137.654,28	
33	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	39.456,81	1.077.729,03	39.456,81	1.035.672,21	39.456,81	1.035.672,21	0,00	42.056,82	
36	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	6.426,90	196.111,20	6.426,90	196.111,20	6.426,90	196.111,20	0,00	0,00	
37	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	1.253.005,61	838.409,78	1.132.161,01	689.596,35	1.132.161,01	689.596,35	120.844,60	148.813,43	
39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	2.395.942,08	2.602.778,95	1.916.936,96	2.123.673,77	1.916.936,96	2.120.465,27	479.005,12	479.105,18	
47	OBRIG.TRIBUT.E CONTRIB-OP.INTRA-ORCAMENTARIAS	12.649,51	13.869,43	9.960,88	12.545,98	9.960,88	12.545,98	2.688,63	1.323,45	
92	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	8.223,39	92.809,93	8.223,39	92.809,93	8.223,39	92.809,93	0,00	0,00	
93	INDENIZACOES E RESTITUICOES	8.919,79	8.415,53	8.919,79	8.415,53	8.919,79	8.415,53	0,00	0,00	
39	OUTROS SERV.TERCEIROS-PES.JURID-OP.INTRA-ORC.	0,00	39.180,00	0,00	24.159,68	0,00	24.159,68	0,00	15.020,32	
51	OBRAS E INSTALACOES - OP.INT. ORC.	84.272,75		0,00		0,00		84.272,75		
52	EQUIP.E MATERIAL PERMANENTE - OP.INTRA-ORC.	13.075,00		13.075,00		13.075,00		0,00		
<b>GRUPOS DE DESPESAS/ELEMENTO DE DESPESA</b>			2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
<b>INVESTIMENTOS</b>										
51	OBRAS E INSTALACOES	84.272,75	892.889,27	0,00	43.644,06	0,00	43.644,06	84.272,75	849.245,21	
52	EQUIP.E MATERIAL PERMANENTE	13.075,00	126.967,46	13.075,00	3.502,88	13.075,00	3.502,88	0,00	123.464,58	



### **Análise crítica**

O quadro A.2.12, retrata as despesas provenientes dos créditos recebidos por movimentação externa. Em que foram difundidas entre despesas correntes e investimentos. A partir do exercício de 2011, uma das principais alterações ocorridas na programação orçamentária foi a aplicação do Sistema de Programação e Gestão Orçamentária – SPGO, na organização e remanejamento das despesas administrativas, trazendo maior praticidade no acompanhamento mensal e anual dos créditos orçamentários utilizados na gestão da Unidade.

O SPGO como instrumento de trabalho trouxe a Unidade o benefício de permanecer com o orçamento anual disponível facilitando a emissão de empenhos atendendo a demanda de serviços e/ou materiais adquiridos ou contratados, tendo como resultado a facilitação das negociações entre a FUNASA e os fornecedores, inclusive no momento de liquidação e pagamento da despesa. Este novo processo de controle e acompanhamento do orçamento evita os atrasos ou bloqueios vindos dos escalões superiores.

Neste contexto, vale ressaltar que a execução das despesas do exercício de 2011 ocorreu dentro do esperado, visto que as mudanças caracterizaram a facilitação e difusão dos créditos orçamentários para o atendimento das necessidades da unidade, trazendo ainda com isso melhores condições de trabalho e com isso resultados alcançados.

## 2.4.7 Indicadores Institucionais

### Indicadores de saneamento ambiental

Indicador	Finalidade	Fórmula de Cálculo	Memória de Cálculo	Tipo	Fonte	Método de Aferição	Área Responsável pelo Indicador	Resultado 2010	Resultado 2011
<p>Percentual de execução física de obras de abastecimento de água com recursos do PAC (*)</p> <p>(*) Acumulado - 2007 a 2011.</p> <p>(Parâmetro de verificação: Portaria 544)</p>	<p>Medir a execução física das obras do PAC</p>	$\frac{\text{N}^{\circ} \text{ de obras de abastecimento de água com percentual de conclusão } < 30\%}{\text{N}^{\circ} \text{ de obras programadas nos TC celebrados}} \times 100$	13/32	Eficácia	Sigesan e Siscon Siafi	Relatórios do Sigesan;	Densp Depin Suest	59,10	
		$\frac{\text{N}^{\circ} \text{ de obras de abastecimento de água com percentual de conclusão } \geq 70\% \text{ e } < 100\%}{\text{N}^{\circ} \text{ obras programadas nos TC celebrados}} \times 100$	6/22					27,30	
		$\frac{\text{N}^{\circ} \text{ de obras de abastecimento de água concluídas}}{\text{N}^{\circ} \text{ de obras programadas nos TC celebrados}} \times 100$	3/22					13,6	
<p>Percentual de execução física de obras de esgotamento sanitário com recursos do PAC (*)</p> <p>(*) Acumulado - 2007 a 2011.</p> <p>(Parâmetro de verificação: Portaria 544)</p>	<p>Medir a execução física das obras do PAC</p>	$\frac{\text{N}^{\circ} \text{ de obras de esgotamento sanitário com percentual de conclusão } < 30\%}{\text{N}^{\circ} \text{ de obras programadas nos TC celebrados}} \times 100$	18/25	Eficácia	Sigesan e Siscon Siafi	Relatórios do Sigesan;	Densp Depin Suest	72	
		$\frac{\text{N}^{\circ} \text{ de obras de esgotamento sanitário com percentual de conclusão } \geq 70\% \text{ e } < 100\%}{\text{N}^{\circ} \text{ obras programadas nos TC celebrados}} \times 100$	7/25					28	

Indicador	Finalidade	Fórmula de Cálculo	Memória de Cálculo	Tipo	Fonte	Método de Aferição	Área Responsável pelo Indicador	Resultado 2010	Resultado 2011
		$\frac{\text{N}^{\circ} \text{ de obras de esgotamento sanitário concluídas}}{\text{N}^{\circ} \text{ de obras programadas nos TC celebrados}} \times 100$	0						
Percentual de comunidades remanescentes de quilombo com SAA implantado com recursos do PAC (* Acumulado – 2007 a 2011)	Verificar o percentual de comunidades remanescentes de quilombo com SAA implantado	$\frac{\text{N}^{\circ} \text{ de comunidades remanescentes de quilombo com SAA implantado (*)}}{\text{total de comunidades remanescentes de quilombo programadas nos 4 anos do PAC}} \times 100$	5/20	Eficácia	Relatório Consolidado de atividades (Densp) Planilha de acompanhamento (Densp)/Sen sp) Programação do PAC	Planilha Acompanhamento (Densp) E visita de acompanhamento (Densp/Sensp)	DENSP Suest	0,25	
Percentual de domicílios com Melhorias Sanitárias Domiciliares implantadas com recursos do PAC (RA ajustado) (* Acumulado – 2007 a 2011)	Verificar o percentual de domicílios com Melhorias Sanitárias Domiciliares implantadas	$\frac{\text{N}^{\circ} \text{ de domicílios com MSD implantado (*)}}{\text{N}^{\circ} \text{ de domicílios programados nos 4 anos PAC}} \times 100$	2430/4173	Eficácia	Programação do PAC Sigesan	Relatório gerado do Sistema Programação do PAC	DENSP/Suest	58	

**OBS: PAC 2 APROVADOS EM 2011 SEM OBRAS INICIADAS**

### 3. INFORMAÇÕES SOBRE RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS.

#### 3.1 Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

##### QUADRO A.3.1. - RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

Não houve ocorrência no período para as Contas Contábeis de códigos 21211.11.00, 21212.11.00, 21213.11.00, 21215.22.00 e 21219.22.00 do SIAFI.

### 4. INFORMAÇÕES SOBRE RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS.

#### 4.1 Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores

##### QUADRO A.4.1 - SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

ANO	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS				RESTOS A PAGAR PROCESSADOS			
	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a pagar em 31/12/2011	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a pagar em 31/12/2011
2003				-				-
2004				-				-
2005				-				-
2006				-				-
2007				-				-
2008	296.490,38		295.996,92	493,46				-
2009	377.457,00		61.999,06	315.457,94				-
2010	1.763.288,01	664.765,56	809.490,12	289.032,33	4.128,50		4.128,50	-

#### 4.2 Análise Crítica

A Seção de Execução Orçamentária e Financeira – SAOFI – vem acompanhando mensalmente os saldos da Conta Contábil de Restos a Pagar (295110100), inclusive no encerramento do exercício de 2011, foram enviados memorandos a todas as áreas que possuem empenhos inscritos nesta conta, solicitando justificativas sobre a permanência, pois caso contrário os empenhos seriam anulados para a liberação do orçamento.

Conforme demonstra o quadro 4.1, no exercício de 2008 o montante inscrito está compatível com os valores pagos, apesar de serem valores consideráveis, pois geralmente são saldos de obras ainda não encerradas. Ainda no exercício de 2008, o saldo restante até 31/12/2011 foi cancelado, uma vez que não seria utilizado.

Os saldos inscritos em 2009 e ainda pendentes no valor de R\$315.457,94 corresponde à empresa CRC- CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA., pois a SUEST/PR entrou com processo judicial em desfavor da empresa por abandono de obra.

O mesmo caso se aplica aos Restos a pagar do exercício de 2010, a empresa EX 3 CONSTRUTORA LTDA. igualmente a anterior está aguardando processo judicial.

Os restos a pagar de 2011 são compostos por empenhos de contratos, despesas do Distrito Sanitário Especial Indígena - DESEI/LISUL e outros empenhos ordinários,

SAOFI recentemente enviou memorando a todas as áreas solicitando posicionamento com relação aos empenhos pendentes, posteriormente serão realizadas algumas anulações por não utilização de saldo.

## 5. INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HUMANOS DA UNIDADE

### 5.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos

#### 5.1.1 Demonstração da força de trabalho à disposição da unidade jurisdicionada

**QUADRO A.5.1 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12**

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)</b>		95		
1.1. Membros de poder e agentes políticos				
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)		95		01
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		92		
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado		02		
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório		01		
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas				
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>		01		
<b>3. Total de Servidores (1+2)</b>		96		01

Fonte:

**QUADRO A.5.2 – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO EM 31/12/2011**

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
<b>1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)</b>	<b>24</b>
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	01
1.2. Exercício de Função de Confiança	
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)	23-Ced. SUS
<b>2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)</b>	
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	
<b>3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)</b>	<b>03</b>
3.1. De ofício, no interesse da Administração	
3.2. A pedido, a critério da Administração	03
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	
<b>4. Licença remunerada (4.1+4.2)</b>	
4.1. Doença em pessoa da família	
4.2. Capacitação	
<b>5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)</b>	<b>01</b>
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	
5.2. Serviço militar	
5.3. Atividade política	

5.4. Interesses particulares	01
5.5. Mandato classista	
<b>6. Outras situações (Especificar o ato normativo)</b>	
<b>7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)</b>	<b>28</b>

Fonte:

**QUADRO A.5.3 – DETALHAMENTO ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO)**

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Cargos em comissão</b>		07		
1.1. Cargos Natureza Especial				
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior				
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		04		
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas				
1.2.4. Sem vínculo		03		
1.2.5. Aposentados				
<b>2. Funções gratificadas</b>		14		
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		14		
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas				
<b>3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)</b>		21		

Fonte:

**QUADRO A.5.4 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2011**

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
<b>1. Provimento de cargo efetivo</b>					
1.1. Membros de poder e agentes políticos					
1.2. Servidores de Carreira	12	13	85	65	11
1.3. Servidores com Contratos Temporários		01			
<b>2. Provimento de cargo em comissão</b>					
2.1. Cargos de Natureza Especial					
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior				01	
2.3. Funções gratificadas					
<b>3. Totais (1+2)</b>					

Fonte:

**QUADRO A.5.5 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12**

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
<b>1. Provimento de cargo efetivo</b>				03	38	43	07	02	
1.1. Membros de poder e agentes políticos									
1.2. Servidores de Carreira				03	38	42	07	02	
1.3. Servidores com Contratos Temporários						01			
<b>2. Provimento de cargo em comissão</b>					01	02			
2.1. Cargos de Natureza Especial									
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior					01	02			
2.3. Funções gratificadas									
<b>3. Totais (1+2)</b>				03	39	45	07	02	

**LEGENDA****Nível de Escolaridade**

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte:

**5.2 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas**

5.2.1 Classificação do quadro de servidores inativos da unidade jurisdicionada segundo o regime de proventos e de aposentadoria

**QUADRO A.5.6 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31 DE DEZEMBRO/2011**

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias iniciadas no exercício de referência
<b>1. Integral</b>		
1.1 Voluntária	251	05
1.2 Compulsória	02	
1.3 Invalidez Permanente	09	
1.4 Outras		
<b>2. Proporcional</b>		
2.1 Voluntária	63	
2.2 Compulsória	04	
2.3 Invalidez Permanente	16	01
2.4 Outras		
<b>3. Totais (1+2)</b>	345	06

Fonte:

**QUADRO A.5.7 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE INSTITUIDORES DE PENSÃO - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2011**

Regime de proventos do servidor instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no exercício de referência
<b>1. Aposentado</b>		
1.1. Integral	257	13
1.2. Proporcional	58	
<b>2. Em Atividade</b>	03	03
<b>3. Total (1+2)</b>	318	16

Fonte:

**5.3 Composição do Quadro de Estagiários****QUADRO A.5.8 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS**

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
<b>1. Nível superior</b>					
1.1 Área Fim	04	03	03	06	9.858,00
1.2 Área Meio	27	29	24	25	56.444,09
<b>2. Nível Médio</b>					
2.1 Área Fim	14	16	17	15	17.201,44
2.2 Área Meio	43	42	43	41	49.998,55
<b>3. Total (1+2)</b>	88	90	87	87	133.502,08

Fonte:

## 5.4 Demonstração dos custos de pessoal da unidade jurisdicionada

### QUADRO A.5.9 - CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES

Em R\$ 1,00

Tipologias/ Exercícios	Venci- mentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercício s Anterior es	Decisõe s Judicia is	Total	
		Retri- buições	Grati- fi- caõe s	Adicio- nais	Indeniza- ções	Benefícios Assistenciai s e previden- ciários	Demais despesas variáveis				
<b>Membros de poder e agentes políticos</b>											
Exercícios	2011										
	2010										
	2009										
<b>Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão</b>											
Exercícios	2011	11.202.104,35	107.006,74	1.023.505,68	112.802,65	293.053,23	-	-	-	121.102,60	12.895.072,66
	2010	10.973.954,60	25.786,30	980.965,06	1.830.859,65	275.343,28	697.035,30	-	-	-	14.783.944,27
	2009	12.664.549,18	54.132,32	2.332.050,45	3.817.689,19	400.396,77	612.428,17	-	-	-	19.881.246,08
<b>Servidores com Contratos Temporários</b>											
Exercícios	2011	42.910,00									42.910,00
	2010	73.560,00									73.560,00
	2009	52.513,67									52.513,67
<b>Servidores Cedidos com ônus ou em Licença</b>											
Exercícios	2011										
	2010										
	2009										
<b>Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial</b>											
Exercícios	2011										
	2010										
	2009										
<b>Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior</b>											
Exercícios	2011		75.692,76								75.692,76
	2010		103.232,65								103.232,65
	2009		84.153,17								84.153,17
<b>Servidores ocupantes de Funções gratificadas</b>											
Exercícios	2011		35.497,41								35.497,41
	2010		73.469,86								73.469,86
	2009		71.318,64								71.318,64

Fonte:

## 5.5 Terceirização de mão de obra empregada pela unidade jurisdicionada

### QUADRO A.5.9 – CARGOS E ATIVIDADES INERENTES A CATEGORIAS FUNCIONAIS DO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE JURISDICIONADA

“NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA”.

### QUADRO A.5.10 – RELAÇÃO DOS EMPREGADOS TERCEIRIZADOS SUBSTITUÍDOS EM DECORRÊNCIA DA REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO OU DE PROVIMENTO ADICIONAL AUTORIZADOS

“NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA”.



**QUADRO A.5.11 – AUTORIZAÇÕES PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSOS PÚBLICOS OU PROVIMENTO ADICIONAL PARA SUBSTITUIÇÃO DE TERCEIRIZADOS “NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA”.**

**5.5.3 Informações sobre a contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva pela unidade**

**QUADRO A.5.12 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA**

UNIDADE CONTRATANTE													
Nome: FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE – SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO PARANÁ (FUNASA/SUEST/PR)													
UG/Gestão: 255016 / 36211							CNPJ: 26.989.350/0023-021						
INFORMAÇÕES SOBRE OS CONTRATOS													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	L	O	CT – 04/2010 Pregão 01/2010	Habitual Higienização Ltda (CNPJ 07.592.889/0001-92)	17/02/2010	16/02/2013	-	09	-	07	-	-	A
2010	V	O	CT – 21/2010 Pregão 19/2010	Prossiga – Vigilância e Segurança Patrimonial Ltda (CNPJ 06.297.793/0001-39)	25/11/2010	24/11/2012	-	-	-	05	-	-	A
<b>Observação:</b>													
<b>LEGENDA</b>													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													

**5.5.4 Informações sobre locação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos do órgão**

**QUADRO A.5.13 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA**

Unidade Contratante													
Nome: FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE – SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO PARANÁ (FUNASA/SUEST/PR)													
UG/Gestão: 255016 / 36211							CNPJ: 26.989.350/0023-021						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natur eza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	14	O	CT n.º 03/2011	Intersept	11/02/2	10/02/	-	-	-	04	-	-	A

			Pregão 29/2010	Ltda - EPP (CNPJ 03.360.551 /0001-54)	011	2013							
2010	06	O	CT n.º 03/2010 Pregão 01/2010	Habitual Higienizaç ão Ltda (CNPJ 07.592.889 /0001-92)	17/02/2 010	16/02/ 2013	-	-	-	02	-	-	A
2011	14	O	CT n.º 14/2011 Pregão 16/2011	Diversa Service Prestadora de Serviços Ltda (CNPJ 13.111.573 /0001-34)	23/12/2 011	22/12/ 2012	-	-	-	08	-	-	A

**Observações:**

**LEGENDA**

**Área:**

1. Conservação e Limpeza;
2. Segurança;
3. Vigilância;
4. Transportes;
5. Informática;
6. Copeiragem;
7. Recepção;
8. Reprografia;
9. Telecomunicações;
10. Manutenção de bens móveis
11. Manutenção de bens imóveis
12. Brigadistas
13. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes
14. Outras

**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.

**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

**Quantidade de trabalhadores:** (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

## 5.6 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

A Suest não utiliza Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos

## 6. INFORMAÇÕES SOBRE TRANSFERÊNCIAS

### 6.1 Instrumentos de transferências vigentes no exercício

#### QUADRO A.6.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

“NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA”.

#### QUADRO A.6.2 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

“NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA”.

### 6.1.3 Informações sobre o conjunto de instrumentos de transferências que vigerão no exercício de 2012 e seguintes

#### QUADRO A.6.3 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA QUE VIGERÃO EM 2011 E EXERCÍCIOS SEGUINTE

“NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA”.

## 6.2 Informações sobre a prestação de contas relativas aos convênios, termos de cooperação e contratos de repasse

**QUADRO A.6.4 – RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONVÊNIO, TERMO DE COOPERAÇÃO E DE CONTRATOS DE REPASSE.**

Unidade Concedente					
Nome: FUNASA – FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE					
CNPJ: 26989350/0023-21			UG/GESTÃO: SECON/SUEST/PR		
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montante repassados			Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)	
				Convênios	Contratos de Repasse
2011	Ainda no prazo de prestação de contas	Quantidade		11	
		Montante Repassado		R\$ 3.144.965,18	
	Com prazo de prestação de contas vencido	Contas prestadas	Quantidade	70	
			Montante Repassado (R\$)	R\$ 10.778.690,84	
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	02		
		Montante Repassado (R\$)	R\$ 580.000,00		
2010	Contas prestadas	Quantidade		40	
		Montante Repassado (R\$)		R\$ 5.896.330,58	
	Contas NÃO prestadas	Quantidade		0	
		Montante Repassado (R\$)		0	
2009	Contas prestadas	Quantidade		24	
		Montante Repassado (R\$)		R\$ 7.456.468,68	
	Contas NÃO prestadas	Quantidade		1	
		Montante Repassado (R\$)		R\$ 100.000,00	
Anteriores a 2009	Contas NÃO prestadas	Quantidade		0	
		Montante Repassado (R\$)		0	

## 6.2.1 Informações sobre a análise das prestações de contas de convênios e de contratos de repasse

**QUADRO A.6.5 - VISÃO GERAL DA ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIO E CONTRATOS DE REPASSE**

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: FUNASA – FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE					
CNPJ: 26989350/0023-21			UG/GESTÃO: SECON/SUEST/PR		
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montantes repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2011	Quantidade de contas prestadas			110	
	Com prazo de análise ainda não vencido	Quantidade		11	
		Montante repassado (R\$)		R\$ 3.144.965,18	
	Com prazo de análise vencido	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	41	
			Quantidade Reprovada	03	
			Quantidade de TCE	03	
	Contas	Quantidade	52		

		NÃO analisadas	Montante repassado (R\$)	R\$ 12.862.508,81	
<b>2010</b>	Quantidade de contas prestadas			<b>40</b>	
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		<b>03</b>	
		Quantidade Reprovada		<b>0</b>	
		Quantidade de TCE		<b>0</b>	
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		<b>37</b>	
Montante repassado (R\$)			R\$ <b>5.202.083,91</b>		
<b>2009</b>	Quantidade de contas prestadas			<b>25</b>	
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		<b>01</b>	
		Quantidade Reprovada		<b>0</b>	
		Quantidade de TCE		<b>1</b>	
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		<b>23</b>	
Montante repassado			R\$ <b>7.301.968,68</b>		
<b>Exercícios anteriores a 2009</b>	Contas NÃO analisadas	Quantidade		<b>2</b>	
		Montante repassado		R\$ <b>400.000,00</b>	

### 6.3 Análise Crítica

#### ACOMPANHAMENTO E ANÁLISE DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CONVÊNIOS

Dados Gerais sobre a atividade desenvolvida

Por meio da Portaria nº 127, de 17 de março de 2005 o Presidente da Fundação Nacional de Saúde delegou competência ao Coordenador Regional do Paraná para aprovar análise de prestação de contas de convênios e instrumentos congêneres a partir de 11/04/2005.

#### Atribuições

Analisar e emitir parecer financeiro de prestação de contas parcial e final;

Notificar a entidade conveniente, visando o saneamento da impropriedade/irregularidade detectada quando da análise da prestação de contas parcial e final e supervisão realizada.

Enviar mensagem à Coordenação Geral de Convênios/DF, para realização de registros contábeis, de aprovação, impugnação, comprovação ou inadimplência de convênios, e regularizações.

Acompanhar e controlar o atendimento dos prazos estabelecidos por lei nos procedimentos relativos a prestação, aprovação e instauração de tomada de contas especial dos convênios.

Acompanhar a execução financeira, por meio de supervisão local, visando a correta aplicação dos recursos;

Orientar as entidades convenientes, quanto à execução financeira e elaboração da prestação de contas.

Atender as diligências oriundas dos órgãos de controle externo e interno, Polícia Federal, Ministério Público Estadual e Federal, encaminhadas pela Auditoria Geral da FUNASA/DF.

Averiguar a veracidade das denúncias no que concerne à execução financeira dos convênios.

Efetuar cálculos de valores a serem ressarcidos à FUNASA, em virtude de impropriedades na execução de convênios.

Acompanhar e controlar a vigência dos convênios.

Articular junto às áreas técnicas na obtenção de informações quanto à execução física dos convênios, de modo a possibilitar a conclusão da execução dos convênios, na emissão de notificação, atendimento às diligências e subsídios ao Ordenador de Despesas.

Acompanhar a inadimplência dos convenentes, até a sua regularização, ou encaminhamento da Tomada de Contas Especial.

Atendimento contínuo a Prefeitos, advogados, procuradores e servidores municipais, pessoalmente ou por telefone, em todas as questões relativas a prestação de contas dos convênios.

Envio (formulação) e recebimento (resposta) de e-mails.

## **Análise Crítica**

### **4.1. Convênios Inadimplentes**

Os convenentes/executores durante o período da análise das prestações de contas são notificados a corrigir, quando é possível, ou devolver os recursos que não foram regularmente aplicados. Esgotadas as tentativas para regularização/devolução os gestores são notificados, desta vez, sobre a inscrição do convênio na conta de inadimplentes, sendo assinalado um prazo de 30 (trinta) dias para regularização da pendência e/ou irregularidade detectada. Vencido esse prazo o processo do convênio é encaminhado ao Superintendente Estadual para instauração de Tomada de Contas Especial.

### **4.2. Situação das Transferências**

Comando legal: Decreto 93.872/86, art. 35; Decreto 6752/2010, art. 12, parágrafo 1º, com a redação dada pelo Decreto 6993/2010.

O controle do orçamento para fazer frente ao pagamento das transferências voluntárias e obrigatórias é realizado pela Presidência da Funasa, por meio da Coordenação Geral de Convênios.

#### 4.3. Medidas adotadas para gerir as transferências no exercício 2012

A adoção de medidas para efetivar e conseqüentemente gerir as transferências voluntárias e obrigatórias em 2012 é de competência da Presidência da Funasa.

À Superintendência Estadual, por meio do Serviço de Convênios, compete instruir os processos de acordo com as normas emanadas, especialmente a Portaria nº 623/2010 que dispõe sobre critérios e procedimentos para a transferência de recursos financeiros.

#### 4.4. Evolução das análises das prestações de contas

Os convênios com liberação total, vigência expirada, na conta “a comprovar” são acompanhados a partir do vencimento do prazo para apresentação da prestação de contas. O controle é feito mediante emissão de notificações aos gestores, e inclusão tempestiva no SIAFI na conta de inadimplentes, tendo apresentado resultados satisfatórios.

No quadro 6.4 verifica-se que o prazo para apresentação das prestações de contas tem sido cumprido pelos gestores, não havendo aumento que justifique a adoção de outros mecanismos diferentes daqueles utilizados atualmente.

Em relação ao prazo para análise das prestações de contas recebidas o procedimento para realizar o controle é feito a partir do recebimento das referidas contas, seguindo, rigorosamente os prazos determinados na IN/STN 01/97 e Portaria Interministerial nº 127/2008.

Conforme demonstrado no quadro 6.5 os prazos para emissão dos pareceres conclusivos não estão sendo cumpridos, pelos seguintes motivos:

Aumento da demanda;

Quadro reduzido de servidores qualificados para realizar as análises das prestações de contas;

## 7. DECLARAÇÃO REFERENTES A CONTRATOS E CONVÊNIOS

### 7.1 Modelo da declaração de atualização de dados no SIASG e SICONV

#### QUADRO A.7.1 – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SCONV

##### DECLARAÇÃO

Eu, RAUL HENRIQUE RIBAS MACEDO, CPF 456.462.109-25, Superintendente Estadual, exercido na Superintendência Estadual do Paraná declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2011 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Curitiba, 23 de fevereiro de 2012.



RAUL HENRIQUE RIBAS MACEDO  
CPF 456.462.109-25  
SUPERINTENDENTE ESTADUAL DO PARANÁ

**8. INFORMAÇÕES SOBRE DECLARAÇÕES DE BENS E RENDA.**

DECLARAÇÃO

Eu, RAUL HENRIQUE RIBAS MACEDO, CPF 456.462.109-25, Superintendente Estadual, exercido na Superintendência Estadual do Paraná declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que estão sendo tomadas todas as medidas necessárias ao cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas.

Curitiba, 23 de fevereiro de 2012.

  
RAUL HENRIQUE RIBAS MACEDO  
CPF 456.462.109-25  
SUPERINTENDENTE ESTADUAL DO PARANÁ



## 8.1 Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei 8.730/93

**QUADRO A.8.1 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR**

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
<b>Autoridades</b> (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
<b>Cargos Eletivos</b>	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
<b>Funções Comissionadas</b> (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	17		17
	Entregaram a DBR	17		17
	Não cumpriram a obrigação			

Fonte:

## 8.2 Análise Crítica

Todos entregaram a DBR não havendo nenhuma anormalidade.

## 9. INFORMAÇÕES SOBRE O FUNCIONAMENTO DOS SISTEMAS DE CONTRLE INTERNO DA UJ.

### 9.1 Estrutura de controles internos da UJ

**QUADRO A.9.1 – ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ**

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Ambiente de Controle</b>					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			X		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.		X			
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.			X		
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.		X			
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.		X			
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.		X			
<b>Avaliação de Risco</b>					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.		X			
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		X			
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X		

14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			X		
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.			X		
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.				X	
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				X	
<b>Procedimentos de Controle</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.		X			
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.		X			
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.			X		
<b>Informação e Comunicação</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.			X		
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.			X		
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.			X		
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.			X		
<b>Monitoramento</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			X		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.		X			
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.		X			
<p>Considerações gerais:</p> <p>Observa-se que a comunicação da Suest entre as suas áreas é realizada dentro da normalidade. Os controles internos são utilizados porém algumas áreas ainda necessitam de maior atenção. A Suest apresenta níveis de risco dentro da normalidade observados pelos controles internos utilizados para monitorar e apurar todos os procedimentos, sendo que toda a irregularidade apontada é objeto de imediata ação para apuração e correção.</p>					
<p><b>LEGENDA</b></p> <p><b>Níveis de Avaliação:</b></p> <p>(1) <b>Totalmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) <b>Parcialmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) <b>Neutra:</b> Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) <b>Parcialmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) <b>Totalmente válida.</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					

## 10. INFORMAÇÕES QUANTO À ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

### 10.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

#### QUADRO A.10.1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Licitações Sustentáveis</b>					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?		X			
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.		X			
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).		X			
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?		X			
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?		X			
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?		X			
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?		X			
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?		X			
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.			X		
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.			X		
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.			X		
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?	X				
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha		X			

(palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?					
<p>Considerações Gerais:</p> <p>Todos os procedimentos de aquisição de bens e serviços adquiridos pela Suest encontram-se dentro das especificações para o controle ambiental. As aquisições são feitas de empresas que se preocupam com o meio ambiente. A Suest, junto com os consórcios parceiros, promovem campanhas objetivando a conscientização para o desperdício e proteção do meio ambiente</p>					
<p><b>LEGENDA</b></p> <p><b>Níveis de Avaliação:</b></p> <p>(1) <b>Totalmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) <b>Parcialmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) <b>Neutra:</b> Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) <b>Parcialmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) <b>Totalmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					

## 11. INFORMAÇÕES SOBRE GESTÃO DE PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO.

### 11.1 Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

#### QUADRO A.11.1 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2011	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	UF (PR)	5	6
	município 1 (CURITIBA)	2	2
	município 2 (BARBOSA FERRAZ)	1	1
	município 3 (PRANCHITA)	1	1
	município 4 (CAMBIRA) *	-	1
	município 5 (MARINGÁ) **	1	1
Subtotal Brasil		5	6
EXTERIOR	PAÍS 1		
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade "n"		
	PAÍS "n"		
	cidade 1		

	cidade 2		
	cidade "n"		
<b>Subtotal Exterior</b>			
<b>Total (Brasil + Exterior)</b>		5	6

**QUADRO A.11.2 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS**

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2010	EXERCÍCIO 2011
<b>BRASIL</b>	<b>UF (PR)</b>	1	1
	município 1 (GUARAPUAVA) ***	1	1
	município 2		
	município "n"		
	<b>UF "n"</b>		
	município 1		
	município 2		
	Município "n"		
<b>Subtotal Brasil</b>		1	1
<b>EXTERIOR</b>	<b>PAÍS 1</b>		
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade "n"		
	<b>PAÍS "n"</b>		
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade "n"		
<b>Subtotal Exterior</b>			
<b>Total (Brasil + Exterior)</b>		1	1

**QUADRO A.11.3 – DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ**

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
255016	7447.00005.500-0	5	3	10.000,00				
255016 *	7473.00002.500-2	11	3	150.000,00				
255016	7535.00314.500-2	21	3	498.525,99				
255016	7535.00342.500-5	21	3	1.161.739,35				
255016	7991.00001.500-7	5	3	51.500,00				
255016 **	-	5	3	-				
<b>Total</b>							$\Sigma$	$\Sigma$

## Análise Crítica

\* Num dos imóveis em Curitiba, situado à rua Tabajaras 639 – Vila Izabel, cujo RIP é nº 7535.00314.500-2, encontra-se instalada a CASAI/SESAI. Este imóvel será transferido definitivamente para a SESA I quando da conclusão da transição patrimonial entre a FUNASA e a SESA I.

\*\* Nos municípios 2 e 3 (RIP nºs 7447.00005.500-0 e 7991.00001.500-7, respectivamente) os imóveis são terrenos nos quais foram construídos hospitais, os quais são operados e mantidos pelas respectivas prefeituras. Os imóveis foram cedidos para os municípios por meio de Termo de Cessão de Uso.

\*\*\* O imóvel em questão trata-se de um lote de terreno, recebido pela FUNASA em doação por parte da prefeitura. Face a não construção do hospital que estava previsto para o local, o imóvel foi revertido para o município, deixando de pertencer ao acervo patrimonial da FUNASA.

\*\*\*\* Trata-se de um lote de terreno doado pela prefeitura de Maringá para a FUNASA/SUEST-PR. No local foi construído o imóvel que atualmente abriga o Consórcio CISMAE e o Escritório da DIESP na cidade de Maringá. O imóvel encontra-se cedido para o CISMAE por meio de Termo de Cessão de Uso.

## 12. INFORMAÇÕES SOBRE GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)

### 12.1 Gestão de Tecnologia da Informação (TI)

QUADRO A.12.1 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA “NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA”.

## 13. INFORMAÇÕES SOBRE A UTILIZAÇÃO DE CARTÕES DE PAGAMENTO

### 13.1 Despesas Com Cartão de Crédito Corporativo

QUADRO A.13.1 - DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO POR UG E POR PORTADOR

Entidade	Item de Informação	Fatura - Cartão	Sq Cartão Pagto
		Pagto Gov. Fed	Gov Federal
05195900230	CLAUDENIR JOSE DE LIMA	164,40	
30220009953	RUTE MARA KOSAK TRAYDE	1.609,55	
35768053972	CARLOS ALBERTO DOS SANTOS	188,34	170,43
45594899987	JOAO LUIS DE SOUZA	360,00	

**QUADRO A.13.2 – DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (SÉRIE HISTÓRICA)**

UG/Gestão Executora	Item de Informação	
	Sq Cartão Pagto Gov Federal	Fatura - Cartão Pagto Gov. Fed
255016/36211	23.656,50	7.087,10

UG/Gestão Executora	Item de Informação	
	Sq Cartão Pagto Gov Federal	Fatura - Cartão Pagto Gov. Fed
255016/36211	7.863,49	21.615,98

**14. INFORMAÇÕES SOBRE RENÚNCIA TRIBUTÁRIA.**

A Suest não executa renúncia tributária, pois a gestão orçamentária e financeira é de responsabilidade da Presidência da Funasa

**14.1 Renúncias Tributárias sob Gestão da UJ**

**QUADRO A.14.1 – RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS SOB GESTÃO DA UJ**  
“NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA”.

**14.2 Valores Renunciados e Respectiva Contrapartida**

**Quadro A.14.2 - Valores Renunciados e Respectiva Contrapartida**  
“NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA”.

**14.3 Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoa Jurídica e Física**

**QUADRO A.14.3 - CONTRIBUINTES BENEFICIADOS PELA RENÚNCIA – PESSOAS FÍSICAS**  
“NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA”.

**QUADRO A.14.4 - CONTRIBUINTES BENEFICIADOS PELA RENÚNCIA – PESSOAS JURÍDICAS**  
“NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA”.

**14.4 Beneficiários da Contrapartida da Renúncia Tributária - Pessoas Físicas e Jurídica**

**QUADRO A.14.5 - BENEFICIÁRIOS DA CONTRAPARTIDA DA RENÚNCIA – PESSOAS FÍSICAS**  
“NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA”.

**14.5 Programas Orçamentários Financiados com Contrapartida de Renúncia de Receita Tributária**

**Quadro A.14.6 - Beneficiários da Contrapartida da Renúncia – Pessoas Jurídicas**  
“NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA”.

**QUADRO A.14.7 - APLICAÇÃO DE RECURSOS DA RENÚNCIA DE RECEITA PELA PRÓPRIA UJ**  
“NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA”.

**14.6 Prestações de Contas de Renúncia de Receitas**

**QUADRO A.14.8 - PRESTAÇÕES DE CONTAS DE RENÚNCIA DE RECEITAS**  
“NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA”.

## 14.7 Comunicações à RFB

### QUADRO A.14.9 - COMUNICAÇÕES À RFB

“NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA”.

## 14.8 Indicadores de Gestão da Renúncia de Receitas

### QUADRO A.14.10 - INDICADORES DE GESTÃO DA RENÚNCIA DE RECEITAS

“NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA”.

## 14.9 Declaração

“NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA”.

## 14.10 Fiscalizações Realizadas pela RFB

### QUADRO A.14.11 - AÇÕES DA RFB

“NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA”.

## 15. INFORMAÇÕES SOBRE AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA ATENDER ÀS DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃOS DO TCU.

### 15.1 Deliberações do TCU atendidas no exercício

#### QUADRO A.15.1 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE					2207
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	TC 020.668/2011- 2	2515/2011-TCU- Plenário	03	DE	Determinar a exclusão do benefício de pensão ao menor sob guarda
02	TC 003.729/2011- 7	9037/2011-TCU-1ª Câmara	9.3	DE	Fazer cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE SUEST/PR					2207
Descrição da Deliberação:					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
SERVIÇO DE RECURSOS HUMANOS					2023
Síntese da providência adotada:					
01 – Exclusão do benefício de pensão ao menor sob guarda					
02 – Cessação do pagamento da VPNI planos econômicos					
Síntese dos resultados obtidos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
01 – Não houve impedimento para a solução das recomendações					



## 15.2 Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício

### QUADRO A.15.2 - SITUAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO NÃO HOUE OCORRÊNCIAS NO PERÍODO

## 15.3 Recomendações do OCI atendidas no exercício

### QUADRO A.15.3 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE			2207
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	RA N° 201108830 – 2ª PARTE	8.1.2.1.1	Pagamento indevido da Rubrica VPNI – Parágrafo 1º art. 147 lei 11.355/06
02	RA N° 201108830 – 2ª PARTE	8.1.2.1.2	Pagamento indevido da rubrica VPNI – Irredutibilidade da remuneração art 37 CF
03	RA N° 201108830 – 2ª PARTE	8.1.2.1.3	Pagamento indevido da rubrica DPNI - § 4º art 5º lei 11490/07
04	RA N° 201108830 – 2ª PARTE	8.1.4	Pgto indevido VPNI Decisão Judicial Planos Econômicos
05	RA N° 201108830 – 2ª PARTE	8.1.2.2	Inconsistências nas pensões concedidas após a vigência da EC 41/03
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE – SUEST/PR			2207
Descrição da Recomendação:			
<p>- Promover o acompanhamento efetivo sobre a evolução salarial dos servidores vinculados, com a finalidade de evitar a ocorrência de pagamentos indevidos, como as descritas na presente constatação.</p> <p>- Acompanhar os atos praticados pelo órgão central no que tange aos ajustes das rubricas judiciais (transformação em VPNI e absorção das parcelas excedentes), com a finalidade de garantir a maior celeridade no processo.</p>			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
SERVIÇO DE RECURSOS HUMANOS			2023
Síntese da providência adotada:			
01 – Adequação dos valores conforme recomendado 02 – Adequação dos valores conforme recomendado 03 – Informação de que a servidora foi redistribuída			

04 – Comunicado os interessados e encaminhado à Presidência para demais providências  
 05 – Formulada consulta ao Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão sendo que até o momento não obtivemos resposta

**Síntese dos resultados obtidos**

**Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor**

No que compete ao SEREH todas as recomendações foram atendidas. Aguardamos orientações para os demais casos.

Unidade Jurisdicionada												
Denominação completa:											Código SIORG	
FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE											2207	
Recomendações do OCI												
Recomendações expedidas pelo OCI												
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria					Item do RA		Comunicação Expedida				
01	201108830					9.1.2.1						
Órgão/entidade objeto da recomendação											Código SIORG	
FUNASA - SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO PARANÁ											2207	
Descrição da Recomendação:												
<p>- estabelecer critérios para definição do limite de despesas com manutenção, considerando o custo e benefício e os termos da IN 09/94-MARE;</p> <p>- elaborar um plano de renovação de frota, considerando a vida média e o uso dos veículos;</p> <p>- previamente a autorização do serviço (especialmente de valores elevados, como por exemplo, acima de R\$ 5.000,00), coletar orçamentos de pelo menos duas oficinas (além da contratada), com a finalidade de certificar a adequação dos serviços e dos custos propostos pela empresa contratada;</p> <p>- designar um servidor para vistoriar os veículos encaminhados às oficinas quanto aos seguintes aspectos, dentre outros: necessidade de execução do serviço e de troca de peças; verificação da quantidade de horas de serviço de acordo com a tabela tempária. Aprovar o orçamento para prestação efetiva do serviço somente após a vistoria. Por amostragem, verificar se os serviços executados nos veículos estão de acordo com os itens constantes das notas fiscais;</p> <p>- considerando a deficiência de controle e a ausência de um sistema para acompanhamento das despesas com manutenção de veículos, adotar planilha com informações sobre as ocorrências de cada veículo, conforme modelo a seguir:</p>												
Placa	Preço de Mercado	Empresa	NF	Data	Valor	Tipo	Ano	Discriminação KM	Valor Peças	Valor serviços	Gastos Manut./Valor Veículo (%)	
<p>Dessa planilha poderão ser obtidos dados importantes como o valor gasto com peças para determinado veículo, o número de vezes que um veículo foi para o conserto, que tipo de peças foram trocadas, o custo de manutenção do veículo em relação ao preço de mercado, dentre outros.</p> <p>- realizar uma nova licitação para o exercício 2011, considerando a existência de vícios no modelo de contrato praticado. Contemplar no Edital da nova licitação aspectos como: a) prática de desconto sobre o preço médio do mercado; b) definição de horas máximas por serviço prestado, conforme tabela tempária os respectivos fabricantes; c) obrigatoriedade de</p>												

apresentação das peças antigas substituídas para o agente público recebedor do veículo; e d) fornecimento de garantias das peças.

- identificar motoristas que potencialmente estariam causando maiores desgastes aos veículos e promover a reciclagem desses motoristas;
- designar servidores dos pólos onde efetivamente os serviços de manutenção ocorrem para o acompanhamento/fiscalização dos serviços;
- verificar se efetivamente a peça nova foi instalada, considerando ser prática comum do mercado o recondicionamento de peças usadas; e
- previamente ao pagamento, solicitar do prestador de serviço a apresentação da “Tabela de Preços do Fornecedor” que serviu de base de cálculo para a aplicação do desconto.

### **Providências Adotadas**

<b>Setor responsável pela implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
DIADM	2015

#### **Síntese da providência adotada:**

1) Os contratos de prestação de serviços de manutenção de veículos referenciados na SA, somente foram mantidos até nova contratação de empresa especializada para fornecimento de peças, que foi acompanhada pela Administração, observando-se as recomendações da CGU-PR, refletindo de forma efetiva na avaliação da exequibilidade das propostas comerciais recebidas, sendo que para os contratos de nº 08, 09 e 11/2011, com a empresa Clóvis Luiz Schons (Curitiba e Guarapuava), houve a aplicação de 10% de desconto sobre preço de mercado para peças originais e similares de primeira linha e para o contrato nº 10/2011, com a empresa Auto Mecânica King Fusca (Londrina), houve a aplicação de 12% de desconto sobre preço de mercado para peças originais e 19% para as similares de primeira linha. Estes contratos foram subrogados para o Distrito Sanitário Especial Indígena Litoral Sul – SESAI/MS, em virtude do estabelecido no Decreto 7.336 de 19/10/2010, sendo concluído o processo de transição em 31/12/2011. Existe procedimento licitatório em andamento nesta Instituição, para contratação de serviços do mesmo objeto, específicos para os veículos oficiais da frota da FUNASA, trazendo novos parâmetros como Tabela Tempária que contém o tempo de serviço de todos os modelos de carros das mais diferentes montadoras, facilitando dessa forma a composição de orçamento para conserto de determinado item, além do Sistema AUDATEX, que permitirá avaliar os cálculos de orçamentos dos componentes de veículos por meio de consulta realizada aos preços das peças através do seu banco de dados. Inclusive, ambos já estão em fase de aquisição e contratação, respectivamente, estando referenciados no Edital que está em fase final de elaboração.”

2) Será instaurada sindicância administrativa com vistas a apurar a ocorrência de eventuais infrações disciplinares e danos ao Erário, no tocante as impropriedades apontadas na gestão dos contratos de manutenção de veículos.

#### **Síntese dos resultados obtidos**

Com a subrogação dos contratos de manutenção de veículos para o Distrito Sanitário Especial Indígena Litoral Sul – SESAI/MS e, por conseqüência, a transferência de gestão da frota dos veículos que atendem à Saúde Indígena, houve redução drástica nos gastos com estas despesas, que se restringem atualmente aos veículos oficiais pertencentes à frota da FUNASA.

#### **Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor**

A falta de normatização para o fiel cumprimento do estabelecido no Decreto 7.336 de 19/10/2010, no tocante ao alcance da responsabilidade da FUNASA em assegurar o apoio necessário para que a transição das ações de atenção à saúde indígena para o Ministério da Saúde, ocorra sem prejuízo das ações e dos serviços prestados aos povos indígenas, prejudicou sobremaneira a tomada de decisão em relação a gestão dos contratos de interesse daquele

órgão.

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação completa:</b>			<b>Código SIORG</b>
FUNASA - SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO PARANÁ			2207
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações expedidas pelo OCI</b>			
<b>Orde m</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
02	201108830	9.1.2.2	
<b>Órgão/entidade objeto da recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
DIADM			2015
<b>Descrição da Recomendação:</b>			
<ul style="list-style-type: none"><li>- atentar para as recomendações da Procuradoria Especializada;</li><li>- preencher os BDTs e o SICOTWEB mesmo para os veículos locados e cedidos;</li><li>- encaminhar as cláusulas contratuais (inclusive as editalícias) para todos os setores/servidores envolvidos, com a finalidade de garantir uma efetiva fiscalização;</li><li>- formalizar termo de cessão de uso entre as Prefeituras e a SUEST; e</li><li>- reanalisar as causas da celebração do 1º. T.A com a EFP em condições contrárias à indicação da Procuradoria, com a finalidade de identificar ocorrência ou não de irregularidade e consequente apuração de responsabilidade.</li></ul>			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor responsável pela implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
DIADM			2015
<b>Síntese da providência adotada:</b>			
<p>As recomendações expedidas referentes a este item foram em virtude das impropriedades na execução dos contratos de locação de veículos com motorista, que não se encontram mais em vigor, e eram exclusivos para atendimento à Saúde Indígena.</p> <p>Foram sanadas algumas das inconsistências apontadas tais como a falta de alimentação atualizada dos BDT's no sistema SICOTWEB e outras justificadas como: manutenção em veículos sem movimentação; disponibilização de veículo em desacordo com o Edital e substituição de pneus a cada 30.000 km.</p> <p>Em relação à formalização de termo de cessão de uso entre a Prefeitura (cedente) e a SUEST/PR (cessionário), informamos que os veículos apontados estão sob a gestão do DSEI Litoral Sul/SESAI/MS desde o mês de Setembro de 2011, cabendo aquela instituição promover esta regularização.</p> <p>Em relação às causas da celebração do 1º. T.A com a empresa EFP - Serviços de Conservação e Técnicos Ltda, estamos aguardando manifestação jurídica sobre o apontamento em questão.</p>			
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>			
<p>Com a extinção dos contratos de locação de veículos, que eram exclusivos para atendimento à Saúde Indígena, e a transferência de gestão da frota dos veículos destinados aquele Distrito Sanitário, houve significativa melhora na gestão, que agora se restringe aos veículos oficiais pertencentes à frota da FUNASA.</p>			
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>			
<p>A falta de normatização para o fiel cumprimento do estabelecido no Decreto 7.336 de 19/10/2010, no tocante ao alcance da responsabilidade da FUNASA em assegurar o apoio necessário para que a transição das ações de atenção à saúde indígena para o Ministério da</p>			

Saúde, ocorra sem prejuízo das ações e dos serviços prestados aos povos indígenas, prejudicou sobremaneira a tomada de decisão em relação a gestão dos contratos de interesse daquele órgão.

#### **15.4 Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício**

**QUADRO A.15.4 - SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO**  
**NÃO HOUVE OCORRÊNCIAS NO PERÍODO**

### **16. INFORMAÇÕES SOBRE O TRATAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES REALIZADAS PELA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO.**

#### **16.1 Recomendações da unidade de controle interno ou de auditoria interna atendidas no exercício**

**QUADRO A.16.1 – INFORMAÇÕES SOBRE RECOMENDAÇÃO DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO OU DE AUDITORIA INTERNA ATENDIDA NO EXERCÍCIO**  
**NÃO HOUVE OCORRÊNCIAS NO PERÍODO**

#### **16.2 Recomendações da unidade de controle interno ou de Auditoria Interna pendentes de**

**QUADRO A.16.2 – INFORMAÇÕES SOBRE RECOMENDAÇÃO DE UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA PENDENTE DE ATENDIMENTO NO FINAL DO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA**

**NÃO HOUVE OCORRÊNCIA NO PERÍODO**

## 17. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO

### 17.1 Declaração do contador atestando a conformidade das demonstrações contábeis

#### QUADRO B.1.1 - DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR COM RESSALVA				
Denominação completa (UJ)			Código da UG	
Superintendência Estadual da FUNASA no Estado do Paraná			255016	
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964, relativas ao exercício de 2011, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, <b>EXCETO</b> no tocante a:				
RESTRICAO	TITULO			
101	FALTA E/OU ATRASO DE REMESSA DO RMB			
102	SALDO CONTABIL BENS MOVEIS NAO CONFERE C/ RMB			
104	SALDOS ALONGADOS CONTAS TRANST. AT. PERMAN.			
163	SLD.ALONGADOS CTAS TRANSITORIAS AT.COMP.			
470	DESPESA SEM AMPARO LEGAL			
Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.				
<b>Local</b>	Brasília-DF.		<b>Data</b>	25/01/2012
<b>Contador Responsável</b>	 Evanice Canzargo Cardoso		<b>CRC n.º</b>	4763
<b>Ordenador de Despesas</b>	 Assinatura/carimbo			

Raul Henrique Ribas Macedo  
Superintendente  
Estadual no Paraná  
SUEST/PR

**QUADRO B.1.2 - DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO NÃO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA.**

**18. ANÁLISE CRÍTICA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA**

“Não se aplica a natureza jurídica da UJ”

**19. ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DAS EMPRESAS ESTATAIS.**

“Não se aplica a natureza jurídica da UJ”

**20. COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DE CAPITAL**

“Não se aplica a natureza jurídica da UJ”

**21. INFORMAÇÕES SOBRE FUNDO PARTIDÁRIO**

“Não se aplica a natureza jurídica da UJ”

**22. INFORMAÇÕES SOBRE FUNDOS CONSTITUCIONAIS**

“Não se aplica a natureza jurídica da UJ”

**23. INDICADORES DE DESEMPENHO DO IFES**

“Não se aplica a natureza jurídica da UJ”

**24. ANÁLISE DE SITUAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA**

“Não se aplica a natureza jurídica da UJ”

**25. REMUNERAÇÃO PAGA AOS ADMINISTRADORES**

“Não se aplica a natureza jurídica da UJ”

**26. CONTRATAÇÃO DE CONSULTORES NA MODALIDADE “PRODUTO”**

“Não se aplica a natureza jurídica da UJ”

**27. SUPERVISÃO DE CONTRATOS DE GESTÃO CELEBRADOS COM ORGANIZAÇÕES SOCIAIS.**

“Não se aplica a natureza jurídica da UJ”

**28. INFORMAÇÕES SOBRE IMÓVEIS ALIENADOS EM 2010 EM CONSONÂNCIA COM O PLANO NACIONAL DE DESOMIBILIZAÇÃO**

“Não se aplica a natureza jurídica da UJ”

**29. INFORMAÇÕES SOBRE CONTRATOS DE GESTÃO CELEBRADOS.**

“Não se aplica a natureza jurídica da UJ”

**30. AVALIAÇÃO DE TERMOS DE PARCERIA CELEBRADOS PELA UJ**

“Não se aplica a natureza jurídica da UJ”

### 31. CONCLUSÃO

O Relatório de Gestão de 2011, foi realizado, visando consolidar o comprometimento dos elementos humanos que compõe a instituição como um todo e a cultura da excelência.

Objetivando esclarecer a responsabilidade e o papel a ser desempenhado por cada área, reuniões foram realizadas procurando-se seguir um roteiro para a formalização do presente documento.

A realização do Relatório de Gestão não se apegou somente ao solicitado pela necessidade legal, mas sim, a análise de todas as informações prestadas desde a sua origem onde foram geradas, sendo objeto de críticas e comparação com as metas da instituição.

As ações de inclusão social, por meio da saúde, tem como objetivo a prevenção e controle de doenças pela falta ou inadequação nas condições de saneamento básico em áreas de interesse especial, como assentamentos, remanescentes de quilombos e reservas extrativistas.

Na área de Engenharia de Saúde Pública, a DIESP para o desempenho de suas atividades é composta de engenheiros e técnicos de saneamento, os quais encontram-se localizados na sede, em Curitiba, e em uma unidade avançada em Maringá, o que faz com que a Funasa detenha a mais antiga e contínua experiência em ações de saneamento no país e atua com base em indicadores sanitários, epidemiológicos, ambientais e sociais.

Através do Serviço de Saúde Ambiental, recém criado, a SUEST/PR amplia os serviços de saneamento ambiental nos municípios de pequeno e médio porte, de modo a alcançar as metas do milênio em saúde ambiental e qualidade da água para consumo humano.

As atividades desenvolvidas pelo Serviço de Convênios busca a maior transparência e legalidade nos trâmites processuais, visando sempre um bom atendimento à sua clientela e orientando sobre os procedimentos necessários. Com uma ação preventiva e direcionada aos convenentes, sempre recomendando as observações para uma execução correta.

O apoio da Divisão de Administração e suas áreas é fundamental para o pleno andamento da Unidade, dando suporte às necessidades das áreas fins.

Sem deixar de evidenciar as carências operacionais da Unidade, em especial de recursos humanos e de qualificações, deve ser realçada a falta de disponibilidade de veículos para suas operações, onde algumas ações e atividades foram otimizadas e até encurtadas, objetivando não prejudicar o resultado final, porém isso ocasionou sobrecarga em algumas áreas.

Como teste de capacidade, a Funasa recebeu, este ano, a incumbência de executar o programa do Governo Federal, PAC2 da área de saneamento básico, e em curto espaço de tempo melhorar a sua execução e resultado, sem ampliar seu quadro de servidores e sua infraestrutura. Obtendo muito louvor, conseguiu cumprir todos os prazos e metas estipulados pelo Grupo



Executivo do PAC, ficando inclusive a SUEST/PR entre as com maior volume proporcional alcançado.

Dos pleitos apresentados pelo Governo do Estado e pelas Prefeituras Municipais, foram recomendados aproximadamente 85 % e serão atendidos pela Funasa 209 municípios com obras de água, esgoto ou melhoria sanitárias domiciliares e projetos de água e esgoto, beneficiando mais 50 % dos municípios do Paraná.

Finalizando, todo o esforço empregado no exercício de 2011, embora demonstre os avanços obtidos, muito há ainda que melhorar nos processos de trabalhos e gestão que será fundamental para o cumprimento dos projetos institucionais nos anos que seguem.

# FUNASA



Ministério da  
Saúde

